

APA DE GUARAQUEÇABA

Caracterização Sócio-Econômica dos Pescadores Artesanais e Pequenos Produtores Rurais



**APA DE GUARAQUECABA: CARACTERIZAÇÃO
SÓCIO-ECONÔMICA DOS PESCADORES ARTESANAIS
E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS**

**CONVÊNIO
SECRETARIA ESPECIAL DE MEIO
AMBIENTE - SEMA/MINISTÉRIO
DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
MEIO AMBIENTE**

**CURITIBA
MARÇO/1989**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ZOOTECNIA
DEPARTEAMENTO DE ECONOMIA RURAL
INSTITUTO DE ECONOMIA RURAL

INFORMAÇÃO
ESTATÍSTICA DE AGRICULTURA
E PISCICULTURA
DEPARTEAMENTO DE ECONOMIA RURAL
INSTITUTO DE ECONOMIA RURAL

159p

IPARDES - Fundação Edison Vieira.

Apa de Guaraqueçaba: caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais. Curitiba, 1989.

87p.

Convênio IPARDES/SENA/NDUNA.

1. Guaraqueçaba-Paraná-Situação social. 2. Guaraqueçaba-Paraná-situação econômica.

CDU 331.83:63(81.622 Guaraqueçaba)

GOVERNO DO PARANÁ

ALVARO DIAS - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

FRANCISCO DE BORJA BAPTISTA DE MAGALHES FILHO - Secretário

RONAR TEIXEIRA NOGUEIRA - Diretor Geral

IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS - Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH - Secretário Geral

CARLOS MANUEL V. A. SANTOS - Coordenador de Pesquisa

MARCO ANTONIO PINHEIRO - Coordenador do Centro Estadual de Estatística

EUCLIDES MARCHI - Coordenador do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

EQUIPE TÉCNICA

Karen de Fátima Follador Karan (antropóloga), Paulo Roberto Delgado (sociólogo)

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Ligia Leindorf Kraemer (normalização bibliográfica)

Letícia T. Coneglian (editoração), Carlos Dala Stella (revisão), Sonia de Fátima

Ramalho (operação e processamento de texto), Iara Regina Teixeira (capa), Edson

Luiz Rigoni (reprografia)

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	3
2 HISTÓRICO.....	8
3 QUADRO ATUAL DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL.....	13
3.1 SITUAÇÃO ECONÔMICA.....	13
3.2 SITUAÇÃO SOCIAL.....	20
3.2.1 Habitação e Infra-Estrutura.....	21
3.2.2 Saúde.....	26
3.2.3 Educação.....	32
4 PEQUENA PRODUÇÃO RURAL	35
5 ATIVIDADE PESQUEIRA	49
5.1 SITUAÇÃO ATUAL DA PESCA	50
5.2 COMUNIDADES DE PESCA NO INTERIOR DA BAIÁ.....	55
5.3 COMUNIDADES DE PESCA EM MAR ABERTO.....	64
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	74
NOTAS DE REFERÊNCIA.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

INTRODUÇÃO

A Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba - APA de Guaraqueçaba - inclui nos seus limites parte dos municípios de Antonina, Campina Grande do Sul e Paranaguá, e integralmente o município de Guaraqueçaba, totalizando uma área de aproximadamente 313.406 ha. Geograficamente, a área abrange porção significativa da Serra do Mar, planícies litorâneas e o complexo estuarino lagunar.

Além de ser uma das últimas representativas da Mata Atlântica, esta área é também um dos poucos complexos estuarinos, situado no litoral brasileiro, com relativa preservação. Aí encontram-se espécies raras e ameaçadas de extinção, tanto da flora como da fauna; sítios arqueológicos, remanescentes de ocupações anteriores no litoral; bem como comunidades de pescadores artesanais e de pequenos produtores, com formas de organização e produção específicas ao espaço por elas ocupado.

O presente relatório integra o projeto "Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba", fruto do convênio IPARDES-SEMA, e tem como objetivo caracterizar a situação sócio-econômica da população que ocupa a área definida pela APA.

A característica das Áreas de Proteção Ambiental, enquanto unidade de conservação, reside na pretensão de, através de zoneamento e gerenciamento adequados, compatibilizar a proteção ambiental com o desenvolvimento de atividades produtivas.

vas. Procede-se à normatização dessa área com restrições de uso, objetivando uma ocupação racional de seus ecossistemas.

O zoneamento a partir de unidades ambientais específicas implica recortes, ao nível do espaço regional, que sobreponham-se ao conjunto de relações caracterizadoras da apropriação desse espaço/natureza pelo homem, através da introdução de parâmetros para o uso dos recursos que caracterizam os diversos ecossistemas. É preciso ter em conta que essa relação homem/natureza apresenta um conteúdo histórico, expressando distintas formas de produção da vida material e social, e conseqüentemente diferentes modos de manejo dos recursos naturais disponíveis. Assim, ao estabelecer normas de uso do solo e demais recursos naturais, o zoneamento interfere de modo diferenciado sobre diversos segmentos de produtores.

Pretende-se, com esta caracterização sócio-econômica da APA de Guaraqueçaba, fornecer subsídios para a normatização de uso dos recursos naturais aí localizados, de modo a adequar a ocupação racional desse espaço regional à necessidade de se contemplar alternativas aos possíveis impactos negativos do zoneamento sobre as condições de produção e de sobrevivência desses produtores e de suas famílias.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba estabeleceu-se um roteiro metodológico capaz de gerar as informações e instrumentos necessários à caracterização dessa unidade de conservação ambiental, através da qual se definiram diretrizes de uso dos recursos naturais.

Para tanto, definiu-se como unidade básica do zoneamento o Sistema de Terras, "unidade ambiental considerada como o conjunto de unidades de terras repetitivas (facetas), relacionadas especialmente, formando padrão de drenagem e relevo geral característico". O zoneamento, propriamente, consistirá na integração dos elementos da fauna, flora, recursos hídricos, pesca, arqueologia e atividades antrópicas aos Sistemas de Terra, a partir da qual se estabelecerão as normas de uso.

Para alimentar este processo de zoneamento, recorreu-se à caracterização da população aí residente e das atividades sócio-econômicas por ela desenvolvidas.

A caracterização da situação sócio-econômica fundamenta-se principalmente nos resultados obtidos através de uma pesquisa de campo realizada na região, no período de 30 de junho a 20 de julho de 1987. Esta pesquisa teve como respaldo um roteiro de entrevista, através do qual foi possível obter informações que, embora não tenham resultado em um levantamento exaustivo, mesmo porque o tempo disponível o tornaria

inviável, possibilitaram uma visão panorâmica de ordem qualitativa das condições de vida das populações residentes na área.

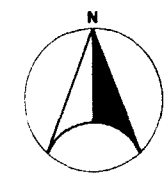
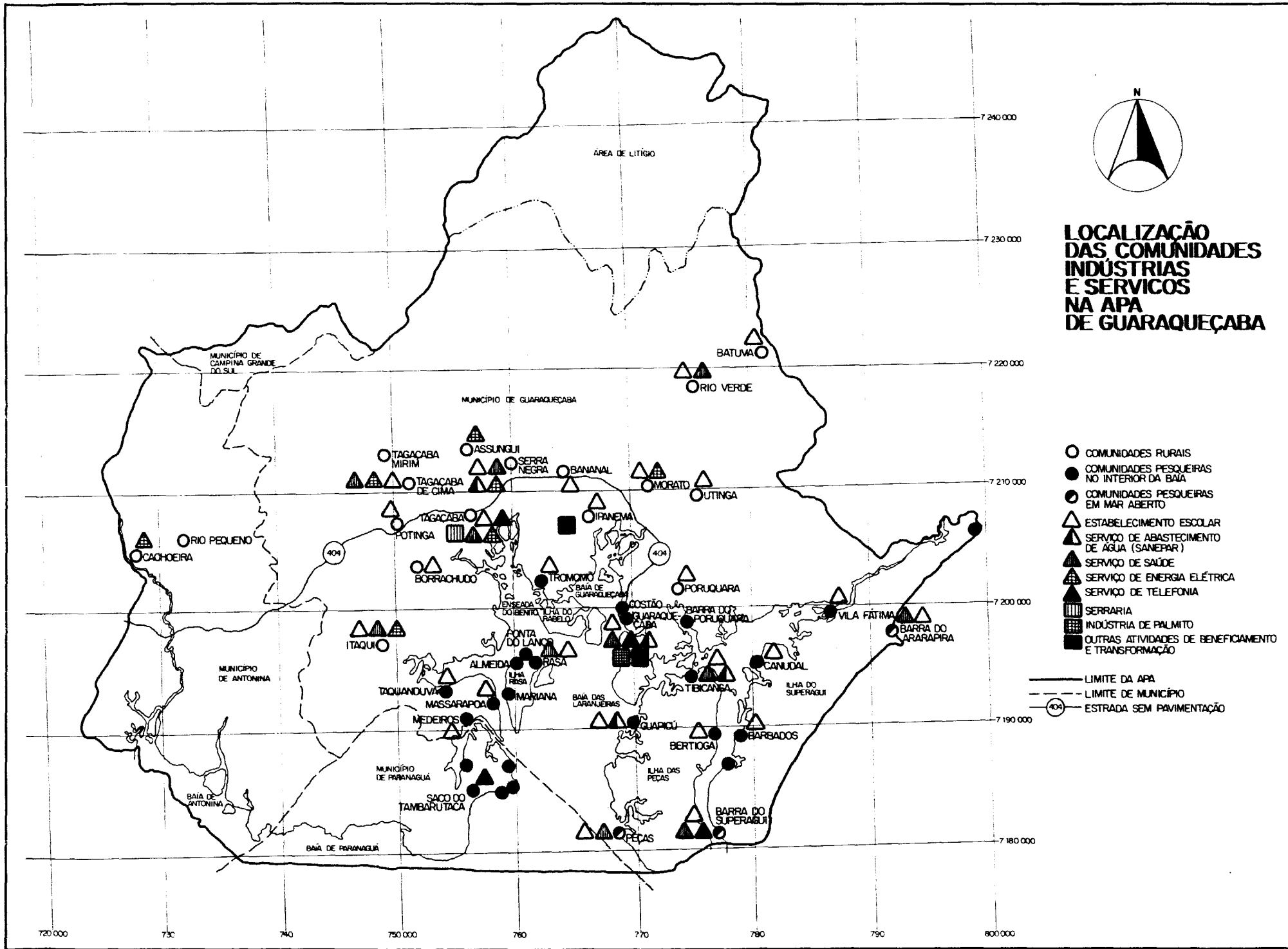
A pesquisa de campo foi realizada em doze comunidades de pescadores artesanais e oito de pequenos produtores (mapa 1). De acordo com o número de habitantes de cada comunidade visitada, realizou-se em média de duas a três entrevistas em cada vila. As questões contidas no roteiro davam conta de situações comuns a toda comunidade, sendo tratadas como questões abertas, e possibilitando, portanto, ao entrevistado discorrer livremente sobre os diversos problemas que lhe eram apresentados.

No município de Paranaguá, na parte de seu território compreendida pelos limites da APA, há seis comunidades pesqueiras, porém somente em uma delas, no Saco do Tambarutaca, foram realizadas entrevistas. Escolheu-se esta dada sua maior inserção com a área delimitada.

Em Antonina, não se elegeu nenhuma comunidade de pescadores, pois a maior parte das existentes localiza-se entorno à sede municipal, portanto não integrantes da área da APA.

A maioria das comunidades pesqueiras pesquisadas está localizada no município de Guaraqueçaba. Ali existem vinte e três vilas de pescadores artesanais, com uma população de 2.794 habitantes.* Deste total foram selecionadas doze comunidades, as quais contam com 1.991 habitantes, que representam 71,3% das pessoas envolvidas na atividade.

*Levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba em 1986.



LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÚSTRIAS E SERVIÇOS NA APA DE GUARAQUEÇABA

- COMUNIDADES RURAIS
- COMUNIDADES PESQUEIRAS NO INTERIOR DA BAIÁ
- COMUNIDADES PESQUEIRAS EM MAR ABERTO
- △ ESTABELECIMENTO ESCOLAR
- ▲ SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SANEPAR)
- ▲ SERVIÇO DE SAÚDE
- ▲ SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA
- ▲ SERVIÇO DE TELEFONIA
- ▩ SERRARIA
- ▩ INDÚSTRIA DE PALMITO
- ▩ OUTRAS ATIVIDADES DE BENEFICIAMENTO E TRANSFORMAÇÃO
- LIMITE DA APA
- - - LIMITE DE MUNICÍPIO
- (404) ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO

ÁREA DE LITÍGIO

MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

MUNICÍPIO DE ANTONINA

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

BATUVA

ORIO VERDE

TAGACABA MIRIM

ASSUNGUI

SERRA NEGRA

BANANAL

MORATO

UTINGA

TAGACABA DE CIMA

TAGACABA

POTINGA

IFRANEMA

ORIO PEQUENO

CACHOEIRA

BORRACHUDO

TROMBOM

BAIÁ DE GUARAQUEÇABA

COSTÃO

FORQUILHA

BARRA DO FORQUILHA

BARRA DO FORQUILHA

VILA FÁTIMA

BARRA DO ARARAPIRÁ

ITAQUI

ENREDEIRA

ILHA DO RABELO

BARRA DO FORQUILHA

BARRA DO FORQUILHA

VILA FÁTIMA

BARRA DO ARARAPIRÁ

BARRA DO ARARAPIRÁ

MUNICÍPIO DE ANTONINA

TAQUANDUVA

ALMEIDA

ILHA DE SÃO FRANCISCO

MARIANA

BAIÁ DAS LARANJEIRAS

TEICANGA

ILHA DO SUPERAGUI

ILHA DO SUPERAGUI

ILHA DO SUPERAGUI

TAQUANDUVA

MASSARAPÓIA

MEDEIROS

BAIÁ DAS LARANJEIRAS

GUARICU

BERTIÓGA

BARBADOS

BARBADOS

BARBADOS

BAIÁ DE ANTONINA

SACO DO TAMBARUTACA

BAIÁ DE PARANAGUÁ

ILHA DAS PEÇAS

ILHA DAS PEÇAS

ILHA DAS PEÇAS

BARRA DO SUPERAGUI

BARRA DO SUPERAGUI

BARRA DO SUPERAGUI

PEÇAS

PEÇAS

PEÇAS

BARRA DO SUPERAGUI

BARRA DO SUPERAGUI

BARRA DO SUPERAGUI

720 000 730 740 750 000 760 770 780 790 800 000

7 240 000

7 230 000

7 220 000

7 210 000

7 200 000

7 190 000

7 180 000

Foram selecionadas as três principais ilhas que contêm o maior número de comunidades, e destas se elegeram as comunidades mais representativas, que são as seguintes:

- a) Ilha de Superagui, que contém seis comunidades, das quais três foram as escolhidas: Barra do Ararapira, Barra do Superagui e Vila Fátima;
- b) Ilha das Peças, com cinco comunidades, sendo três as pesquisadas: Guapicú, Ponta das Peças e Tibicanga;
- c) Ilha Rasa, onde as quatro comunidades existentes foram pesquisadas: Almeida, Mariana, Ponta do Lanço e Rasa.

Na porção continental, realizou-se entrevistas no bairro do Costão, localizado na sede do município, onde estão concentrados os pescadores.

A pesquisa com as comunidades de pequenos produtores seguiu o mesmo critério adotado com as comunidades pesqueiras. Selecionou-se as mais representativas, tanto em termos populacionais e de maior produção agrícola como de maior possibilidade de acesso àqueles núcleos. Também nesse caso houve predominância das entrevistas realizadas com comunidades localizadas em Guaraqueçaba. De um total de vinte e nove comunidades rurais existentes neste município, contando com 3.570 habitantes,* realizaram-se as entrevistas em seis delas, as quais contam com 1.813 habitantes, representando 50,8% do total; são elas: Assungui, Batuva, Itaqui, Morato, Serra Negra e Tagaçaba de Cima.

*Levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba em 1986.

No município de Antonina, duas comunidades foram selecionadas, a de Cachoeira de Cima e a do Rio Pequeno.

Além das entrevistas realizadas com as populações locais, também contactou-se com os técnicos dos órgãos que atuam na área, quais sejam: ACARPA* e ITCF, a fim de ter-se uma visão complementar dos problemas que permeiam a vida da população-alvo, bem como das demais dificuldades que vêm envolvendo a área da APA.

Realizou-se, ainda, o levantamento de dados secundários disponíveis, que embora apresentem defasagem temporal e constituam uma precária mensuração da magnitude dos problemas que atingem essa população, permitem uma aproximação com essa realidade.

Neste sentido é que a pesquisa de campo se configurou como metodologia primordial para a caracterização da situação sócio-econômica, uma vez que ela identifica a complexidade dos problemas numa perspectiva muito mais qualitativa do que quantitativa.

*Em decorrência das informações aqui utilizadas terem sido coletadas até o período de 1987, mantém-se a denominação ACARPA, embora esse órgão tenha sido substituído em 1988 pela EMATER-PR.

2 HISTÓRICO

O Estado do Paraná começou a ser ocupado a partir do seu litoral. O primeiro relato desta ocupação, de que se tem notícias, é feito pelo alemão Hans Staden, que fazia parte da tripulação da acidentada viagem realizada pela expedição de Diego de Senabria. Esta expedição, surpreendida por uma repentina tempestade, viu-se obrigada a refugiar seu navio na costa paranaense, lá entrando em contato com portugueses de São Vicente, os quais mantinham um sistema de troca com os indígenas da região. A parte norte do litoral, ou seja, Guaraqueçaba, era habitada pelos tupiniquins, enquanto mais ao sul, dominando a baía de Paranaguá e o restante do litoral paranaense e catarinense, estavam os carijós, considerados bastante numerosos e hostis.

A partir de meados do século XVI, as bandeiras paulistas, vindas de São Vicente, atravessam os sertões litorâneos em busca de mão-de-obra indígena, permanecendo por mais de seis anos no assolamento das aldeias, aprisionando seus habitantes e, por fim, provocando o declínio desta população em todo o litoral.

Resultará destas bandeiras o povoamento do litoral paranaense pelos portugueses, que descobrirão nas suas andanças pelos sertões o ouro de lavagem nos rios que desaguam nas diversas baías, provocando assim um intenso fluxo populacional

por toda a região, desde o século XVI e mais intensamente no século XVII. Desta época, 1649, data também a fundação da primeira povoação estabelecida em território paranaense, a Vila Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.

O ciclo econômico do ouro declinou ao final do século XVII, quando da descoberta de metais preciosos em Minas Gerais. Apesar de ter sido fundamental para a ocupação do litoral paranaense, esta atividade não chegou a ser expressiva em termos econômicos. Segundo Padis, no Paraná a dimensão das descobertas e o valor das extrações não atingiram importância significativa.⁴

Mesmo com este ciclo econômico extinto, restarão no território populações esparsas em sítios e fazendas, as quais reivindicam a sede de uma futura povoação, uma vez que Paranaguá monopolizava administrativa e politicamente toda a região litorânea. A partir desse movimento é que virá instalar-se, em 1838, tardiamente portanto, o primeiro núcleo urbano nas terras de Guaraqueçaba, na fralda do morro do Guitumbê. Mas, Guaraqueçaba só se tornará município autônomo pela Lei nº 557, de 11 de março de 1880, com sede na freguesia do Bom Jesus dos Perdões de Guaraqueçaba.

Guaraqueçaba, enquanto município, viveu sua fase de prosperidade - de meados do século XIX até o início deste século - por ser uma região bem servida de vias navegáveis para pequenos barcos e canoas, as quais possibilitam comunicações marítimas e fluviais fáceis - tanto com as cidades da baía de Paranaguá, como Antonina e Paranaguá, quanto com as cidades do litoral sul paulista e outras regiões.

O desenvolvimento da região esteve assentado na exportação de produtos agrícolas, principalmente a banana, que era, inclusive, comercializada com os países do Rio da Prata. As terras que até então eram consideradas bastante férteis para a agricultura serviram como motivo para o estabelecimento de um núcleo colonial na região do Superagui em 1852. Este núcleo era composto por imigrantes suíços e alemães e já em 1854 encontrava-se em plena atividade. Em 1856, segundo Ermelino Agostinho Leão, estavam ali estabelecidas dez famílias suíças, cinco francesas e duas alemãs, num total de 64 habitantes; e, em 1879, a Colônia do Superagui possuía 150 casas, sendo 140 de estrangeiros e 10 de nacionais, chegando a ter inclusive um Distrito Policial.²

A atividade na colônia era basicamente agrícola e, além de abastecer a população ali residente, comercializava-se o excedente. Um engenho havia sido construído para o beneficiamento do café, do arroz e da mandioca, além de uma ferraria e uma olaria que supriam as necessidades do núcleo. Cultivou-se, além dos produtos citados, parreirais para a fabricação do vinho, e planejava-se o desenvolvimento das culturas do anil e da amoreira.

Contudo, o desenvolvimento dos meios de comunicação terrestre, incentivados a partir do final do século passado, ligando o litoral ao planalto, seja através da estrada da Graciosa, entre Curitiba e Antonina, seja através da ferrovia Curitiba-Paranaguá, contribuiu para que a região de Guaraqueçaba entrasse num processo de decadência, semelhante ao ocorrido no litoral sul paulista, em que o escoamento por via ma-

rítima e fluvial da produção municipal cai em desuso, processo agravado ainda mais pela completa ausência de ligações terrestres que unissem o município ao restante do Estado.³

Os reflexos desta decadência serão sentidos também no núcleo colonial do Superagui, pois se em 1916 sua população não ultrapassa 150 habitantes, quatro anos mais tarde, no recenseamento escolar de 1920, a população da colônia não excede os 125 habitantes, o que demonstra bem a situação de abandono em que se encontrava.

Esse processo de decadência econômica não deve ser analisado como um movimento restrito ao município de Guaraqueçaba, senão como algo que perpassa pelo âmbito da economia regional litorânea, inserida no processo de ocupação e desenvolvimento econômico ocorrido no Estado do Paraná como um todo.

No presente século, o Paraná viverá um novo ciclo, o da expansão da economia cafeeira, que se sobrepõe aos anteriores e que passará a dominar toda a economia do Estado.

A história da ocupação do Paraná traçará seu destino como um Estado voltado intensivamente às atividades agrícolas, seja à produção de produtos exportáveis, seja à produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. Nesse sentido, a região litorânea, dadas suas características físico-climáticas pouco aptas para o desenvolvimento intensivo de atividades agrícolas, ficará a margem do dinamismo que vem marcando a economia paranaense.

Se por um lado as características físicas do litoral não permitiram que ele se expandisse, como as demais regiões do Estado, por outro, essas mesmas características o tornam

privilegiado na manutenção de suas reservas florestais e de seus ecossistemas, mais ou menos intactos. Esta microrregião, juntamente com a microrregião Médio Iguaçu, eram as únicas no Paraná que, em 1980, possuíam mais da metade de suas áreas com cobertura florestal natural.⁴

Este relativo "isolamento" vivido pelo litoral levou à preservação do seu meio ambiente. Entretanto, as condições de vida da população ali residente não correspondem às riquezas da natureza; ao contrário, sobreviver nesta região tem sido um desafio àqueles que dela procuram extrair sua sobrevivência.

As condições de vida miseráveis, tanto dos pequenos produtores quanto dos pescadores artesanais, não se justificam por si sós, antes estão no bojo de uma política norteadora das questões nacionais e estaduais, segundo a qual a prioridade está voltada para as áreas e populações que gerem a maior lucratividade possível. Assim sendo, as atividades que não respondem por cifras significativas acabam sendo relegadas, e as populações que as realizam ficam entregues a sua própria sorte. Essa realidade vislumbrada em Guaraqueçaba pode ser evidenciada de várias formas: o índice de mortalidade infantil; a deficiência alimentar; o analfabetismo; as precárias condições de atendimento médico-hospitalar; a ausência de saneamento básico e insalubridade da água; as dificuldades de acesso viário; os problemas na produção e na comercialização dos produtos agrícolas e do pescado; além de outros tantos problemas que têm caracterizado a vida das populações litorâneas.

3 QUADRO ATUAL DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Este item contempla a atual situação econômica e social da APA de Guaraqueçaba, através da caracterização das atividades produtivas desenvolvidas e da análise de alguns indicadores do nível de vida da população. As condições atuais da pesca artesanal e da pequena produção rural serão abordadas, com maior detalhamento, na seqüência, pela sua importância na absorção de mão-de-obra local.

3.1 SITUAÇÃO ECONÔMICA

A inserção do litoral paranaense no processo de desenvolvimento econômico do Estado apresenta certa peculiaridade. Devido à baixa aptidão de seus solos para o desenvolvimento intensivo de atividades agrícolas,* o litoral ficou à margem do processo de agroindustrialização que caracterizou o desempenho da economia estadual. Fundamentalmente, a dinâmica da economia regional encontra-se relacionada ao comportamento de atividades - serviços e indústrias que concentram-se em torno do porto de Paranaguá.

*Trata-se de um fato extremamente importante, pois um dos aspectos fundamentais da modernização agrícola é a mecanização do processo produtivo. Entretanto, há que se ressaltar também que, ao contrário de regiões onde a modernização foi intensa, no litoral e em outras áreas do Paraná Antigo "não houve uma atividade produtiva, durante suas fases de ocupação e mesmo em um período mais recente, que desse impulso ao processo de acumulação no campo". FLEISCHFRESSER, Vanessa. O capitalismo revela sua face mais perversa na crise: análise dos dados do Censo Agropecuário 1985. Análise Conjuntural, Curitiba, 2(12):1-7, dez. 1987.

As informações sobre Valor Adicionado indicam que o litoral paranaense diminuiu sua participação no total do Estado, pois se em 1980 esta participação correspondeu a 3,56%, em 1985 o índice foi de 2,66%, com os três setores - agricultura, indústria e comércio -, apresentando desempenho declinante. Ainda a esse respeito, cabe salientar que Paranaguá responde pela quase totalidade do Valor Adicionado dessa microrregião, com exceção do setor primário.

Nesse contexto, acentuado pela precariedade das condições de acesso viário, Guaraqueçaba encontra-se numa posição de relativo isolamento no quadro de desenvolvimento do litoral.

Muito embora a economia local ainda dependa de atividades tradicionais - como pesca artesanal e pequena produção rural, quando se considera a absorção de mão-de-obra -, algumas mudanças vêm-se produzindo nessa região, principalmente intensa ocupação de terras por grandes grupos empresariais com efeito desestabilizador sobre essas atividades. Importa ressaltar que a este processo não tem correspondido um incremento da produção agropecuária, conforme pode se constatar pela participação deste setor no Valor Adicionado municipal (tabela 1), tendo ocorrido, inclusive, redução da área média colhida das principais culturas agrícolas no período 73-75/83-85.⁵

TABELA 1 - VALOR ADICIONADO, POR SETORES, NO MUNICÍPIO DE GUARAQUECABA - 1980-85
(Cz\$ 1.000,00 de 1986)

ANO	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		COMÉRCIO		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1980	5.966,6	91,5	158,4	2,3	396,0	6,2	6.521,0	100,0
1981	1.069,1	43,1	188,7	7,8	1.220,1	49,1	2.477,9	100,0
1982	4.904,1	43,8	5.425,3	48,4	868,8	7,8	11.198,2	100,0
1983	4.017,7	30,7	7.471,5	57,1	1.600,5	12,2	13.089,7	100,0
1984	1.570,9	15,1	7.561,2	72,8	1.250,7	12,1	10.382,8	100,0
1985	3.143,3	15,6	14.752,9	73,2	2.258,3	11,2	20.154,5	100,0

FONTE: SEFA

Na realidade, os novos empreendimentos têm se caracterizado por um baixo nível de atividade, que se assenta, em boa medida, no extrativismo de recursos florestais (madeira, lenha e palmito), no desenvolvimento da pecuária extensiva, com a expansão da bubalinocultura na região e, em várias situações, na ocupação especulativa da terra. O reverso deste quadro corresponde às pressões sobre a pequena produção, excluindo muitas famílias do acesso à terra.

Também vêm ocorrendo transformações na pesca artesanal, com a crescente vinculação desta atividade ao mercado, atendendo-se à demanda urbana de peixes, crustáceos e moluscos. A atividade pesqueira deixa, portanto, de conformar-se enquanto atividade basicamente voltada à subsistência dos pescadores e suas famílias. Outra evidência dessa transformação é a modernização dos meios de produção pesqueira, com a maior utilização de embarcações a motor e de instrumentos e técnicas que possibilitam uma maior captura. Esta modernização da atividade, consoante a sua crescente mercantilização, vem pressionando os recursos pesqueiros através do exercício predatório

da pesca, provocando o escasseamento do pescado em diversos pontos da baía (por exemplo, próximo às comunidades da Ilha Rasa). Ainda sob este aspecto, importa ressaltar a atuação de embarcações maiores (a pesca industrial) na costa marítima da APA de Guaraqueçaba, intervindo sobre o fluxo migratório de algumas espécies que se abrigam no interior da baía e acentuando os problemas de escassez de pescado ao interferir nos seus ciclos de reprodução.

Em decorrência desse fato, para muitos pescadores, principalmente os situados no interior da baía, a permanência na pesca se dá cada vez mais em condições precárias, inclusive com dificuldades para o sustento das famílias.

Observa-se ainda, no período recente, a maior participação das atividades industriais no Valor Adicionado por setores, revertendo uma situação em que o setor primário respondia pela maior parcela do valor agregado no município de Guaraqueçaba. Essa maior participação encontra correspondência, por um lado, no fraco desempenho do setor agropecuário, e por outro, no próprio incremento do setor secundário a partir de 1982, com a instalação neste município de novas unidades produtoras de palmito em conserva* (ver tabela 1).

A composição do valor agregado da indústria está relacionada aos gêneros madeira e produtos alimentícios, com maior peso para este último, exceção feita aos anos de 1981 e 1982, quando ocorreu a desativação das antigas fábricas de palmito. O beneficiamento da madeira (serraria) e a produção de con-

*Segundo pesquisa de campo realizada pelo IPARDES-1981, duas fábricas de conserva de palmito de porte caseiro estavam sendo desativadas em Guaraqueçaba em 1980.

serva de palmito são as principais atividades industriais de Guaraqueçaba.

O beneficiamento de madeira foi reduzido na região, pois se em 1980, no município de Guaraqueçaba, havia quatro serrarias em funcionamento, atualmente encontra-se em operação apenas uma na localidade de Tagaçaba, voltada ao atendimento da demanda local.* Tal fato está relacionado à própria característica dessa atividade na região, uma vez que as serrarias aí localizadas surgiram em uma fase de apropriação da terra pelos empreendimentos rurais, que então se estabeleciam.7

O beneficiamento do palmito é realizado por apenas duas unidades produtoras, uma em Serra Negra e a outra em Guaraqueçaba. São instalações com padrão tecnológico simples, nas quais o palmito recebe o tratamento para sua conserva. A unidade instalada em Guaraqueçaba, responsável pela maior parcela da produção local, produz cerca de 18 mil unidades (vidros/latas) ao mês, e comercializa aproximadamente 70% desta produção com o Estado de São Paulo, devido a vantagens fiscais decorrentes da menor taxaçãõ de ICM nas transações interestaduais. O restante da produção é comercializado nas regiões de Curitiba e Sudoeste do Estado.*

Embora o processo de beneficiamento do palmito absorva pouca mão-de-obra - a unidade de Guaraqueçaba empregava apenas 17 pessoas nessa função -, a coleta do palmito se constitui em importante frente de trabalho para os palmiteiros - trabalhadores que realizam a extraçãõ do palmito, no mais das vezes de forma clandestina. Essa mão-de-obra é composta por pescadores,

*Informaçãõ obtida junto ao responsável pela fábrica de conserva de palmito de Guaraqueçaba.

produtores rurais pauperizados e por aqueles que perderam qualquer uma dessas condições. A coleta do palmito passa a ser fundamental na estratégia de sobrevivência dos trabalhadores que foram excluídos da terra ou abandonaram a pesca, constituindo-se em garantia para o fornecimento de matéria-prima às empresas, mesmo não possuindo com elas nenhum vínculo trabalhista. Essa mão-de-obra, em algumas ocasiões, é deslocada para áreas de outros municípios, arrendadas pelas fábricas para a extração do palmito. A remuneração dos palmiteiros é realizada em função da produção beneficiada, ou seja, a partir da estimativa de quantas unidades (lata/vidro) de conserva resultam dos feixes de palmito entregues à empresa.

As fábricas de palmito são responsáveis pela maior parcela do ICM gerado no município de Guaraqueçaba,* o que lhes confere forte poder de pressão junto às autoridades locais, como ocorreu recentemente quando as mesmas ameaçaram encerrar suas atividades diante da negativa, por parte do IBDF, em liberar guias para a exploração do palmito, uma vez que as fábricas não executavam o manejo requerido por lei nas áreas que arrendavam.

Essa atividade se caracteriza tanto pela relativa mobilidade das empresas, em função das áreas com estoque natural de matéria-prima, como pela simplicidade das instalações para seu beneficiamento. Assim, embora na atualidade essa atividade seja importante para o município de Guaraqueçaba, o fato de ela se basear no extrativismo aponta para o possível esgotamento da matéria-prima e, conseqüentemente, para a transferên-

*Informação obtida junto à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.

cia dessas unidades produtivas. Referindo-se a esta questão, Rossetti afirma que os últimos anos para os quais se tem estatísticas os indicadores são de que o Paraná em breve deixará de produzir palmito em conservas.*

Dessa situação decorre, ainda, o desestímulo à expansão do cultivo do palmito por produtores rurais. Como as empresas mantêm uma estratégia de obtenção de matéria-prima baseada no extrativismo, o custo desta é basicamente a remuneração da mão-de-obra envolvida na extração. Neste sentido, para que o cultivo do palmito ocorra em larga escala seria preciso superar problemas como a remuneração dos fatores envolvidos na produção, principalmente dos investimentos para reposição florestal.*

Além dessas duas principais atividades industriais, existem outras de menor expressão: beneficiamento de arroz (uma unidade); beneficiamento de pescado (uma unidade); produção de carvão vegetal (duas unidades); beneficiamento de alga e manjuba (uma unidade). Todas essas atividades situam-se no núcleo urbano de Guaraqueçaba, com exceção dos fornos de carvão vegetal, situados na área rural deste município.

Recentemente foi instalada, em uma propriedade rural de Tagaçaba, uma unidade para produção de derivados de leite de búfalos - queijo e manteiga. Este empreendimento possui um projeto de expansão, em fase de implantação, que prevê, além dos beneficiamentos já desenvolvidos, o empacotamento do leite, investimentos em instalações para confinamento do rebanho (bovino, caprino e bubalino) e produção de forragem.

*Estimando os custos de produção de conserva de palmito Rossetti chama atenção para os significativos gastos com reposição florestal, que representam 12% do custo de produção, o que na existência de estoques naturais leva as empresas a recorrerem ao fornecimento por não-cadastrados.

No núcleo urbano de Guaraqueçaba e em algumas comunidades rurais maiores, como Serra Negra e Tagaçaba, as atividades comerciais estão restritas à oferta de pequena pauta de bens de consumo básico, através de pequenas lojas de variedades (confeccões, calçados, mobiliário), e de secos e molhados. As comunidades de pescadores, embora dispondo de botecos, recorrem ao comércio em Guaraqueçaba, Paranaguá ou Cananéia/SP, no caso específico dos pescadores da Barra do Ararapira.

3.2 SITUAÇÃO SOCIAL

Ao se analisarem as condições de vida de uma população, fazem-se necessários alguns indicadores sociais, expressos através de dados quantitativos e qualitativos. No caso específico da área delimitada para a APA, a obtenção destes indicadores, a nível de dados secundários, é precária tanto em termos de periodicidade quanto da própria existência dos mesmos. Além disso, o fato de as parcelas territoriais de três municípios e a totalidade de um quarto estarem envolvidos por esta delimitação dificulta o tratamento homogeneizado dos dados secundários existentes.

A partir dessa constatação optou-se pela análise de alguns indicadores sociais referentes especificamente ao município de Guaraqueçaba, que representa 76% da área emergsa total da APA. A análise se dará, portanto, através de dados disponíveis e de observações de campo, utilizando como indicadores principais habitação e infra-estrutura básica, saúde e educação, por admitir-se que são estes os que possibilitam avaliar as condições mais elementares de uma dada população.

3.2.1 Habitação e Infra-Estrutura

Na sede do município de Guaraqueçaba, são predominantes os domicílios próprios, entretanto há que se levar em consideração a relação entre a propriedade dos domicílios e terrenos. Numa pesquisa realizada no município em 1980, constatou-se que do total de domicílios próprios, 72,0% estão edificadas em terrenos não-próprios (cedidos pela Marinha e requeridos da Prefeitura), o que configura uma relação indireta de ocupação. Por outro lado, deve-se considerar o fato de 68,0% destes domicílios, terem sido construídos com recursos familiares, utilizando para tanto o trabalho familiar ou vicinal, como forma de barateamento das habitações.*

Na pesquisa realizada para este relatório, observou-se que muitas das habitações são construídas com materiais reaproveitados de outras construções.

Além da precariedade das construções, percebe-se também que em grande parte das moradias há uma densidade ocupacional, utilizando-se a própria sala, que durante o dia comporta as funções sociais familiares, como dormitório à noite, uma vez que dificilmente há mais do que dois cômodos por habitação.

Esses mesmos indicadores de habitabilidade denotam ainda uma maior precariedade das condições de vida nas comunidades de pescadores e de pequenos produtores. Via de regra, as habitações nestas comunidades compõem-se de dois a três cômodos e abrigam famílias com pelo menos cinco membros, quando não mais de uma família. É o caso dos filhos que casam e que, dada a inviabilidade de construir seus próprios domicílios, acabam por necessitar ainda mais do espaço que antes dividiam sozinhos com os familiares. Neste sentido, a densidade ocupacional das moradias nestas comunidades apresenta-se em níveis

muito mais críticos do que aqueles observados na sede do município.

Também a qualidade das habitações é mais precária. Além de se utilizarem materiais reaproveitáveis, as construções estão, na sua maioria, em estado de deterioração; há buracos não só nas paredes como também nos telhados, o que se acentua, principalmente nos períodos em que as condições climáticas são mais adversas. Em decorrência desses problemas, a insalubridade instala-se no local, acelerando os problemas de saúde dessas populações. Dificilmente encontram-se domicílios com assoalho e forro; na quase totalidade predomina o chão batido, o que aumenta ainda mais a situação de insalubridade, uma vez que a região possui um clima superúmido.

Consideraram-se como infra-estrutura os serviços públicos de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica ofertados à população. Entretanto, a oferta desses serviços está diretamente relacionada ao poder aquisitivo da população, que pode ou não arcar com os custos de sua implantação, bem como de sua posterior utilização.

Como o serviço de rede de esgoto inexistente, tanto para a sede municipal quanto para as comunidades, a população da sede faz uso de outros mecanismos para o despejo dos dejetos, tais como a utilização da fossa negra e a canalização do esgoto para a rua ou para as águas da baía; nas comunidades rurais e pesqueiras, observa-se o uso de privadas higiênicas, que nem sempre estão em locais apropriados, ocasionando a contaminação dos poços de água mais próximos. Contudo, os domicílios que não utilizam deste expediente para o despejo dos dejetos e

mesmo do lixo doméstico fazem uso de locais próximos às moradias. A ausência desses serviços de saneamento básico vêm agravando os problemas de saúde que acometem aquela população.

Os serviços públicos mais ofertados são os de abastecimento de água e energia elétrica, não só para a sede como para algumas comunidades.

O abastecimento de água, ofertado pela SANEPAR, estende-se aos moradores da sede, para a comunidade rural de Serra Negra e para as comunidades pesqueiras de Tibicanga e Guapicu. No caso destas duas últimas, as instalações se fizeram a partir da captação em ponto de água potável, localizadas no continente e estendidas até elas através de encanamentos submersos na baía. Essas quatro localidades têm um total de 505 domicílios e contam com um total de 1.967 pessoas.* Deste total 60,2% da população têm abastecimento de água, e o número de ligações cadastradas corresponde a 51,1% dos domicílios (tabela 2). O que se verifica é que apenas parcela da população encontra-se em condições de adquirir e manter esse serviço, em função da renda familiar.

TABELA 2 - NÚMERO DE LIGAÇÕES CADASTRADAS E POPULAÇÃO ABASTECIDA POR ÁGUA, NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - 1980-85

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Número de ligações cadastradas	185	190	215	231	234	258
População abastecida	830	884	1.041	1.136	1.075	1.185

FONTE: SANEPAR, IPARDES

*Dados do recenseamento realizado pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba em 1986.

Entretanto, como os dados da tabela acima não estão desagregados por localidades assistidas, fica inviabilizada a avaliação de quanto estas comunidades, rurais e pesqueiras estariam usufruindo da oferta desses serviços. Segundo observações de campo, é a população residente no centro da sede municipal a melhor servida pelo abastecimento de água, pelo fato de aí concentrarem-se a maioria populacional e os maiores rendimentos. A parcela da população da sede, que não possui condições de acesso a esse serviço, utiliza-se de outros expedientes, ou seja, abastece-se com água de poço, fonte e minas. No caso das demais comunidades, rurais e pesqueiras, o abastecimento de água é realizado através do uso de água de poço (via de regra salobra), de fonte natural (em alguns locais dispõe-se de encanamento para abastecer os domicílios) e de rios.

O serviço de energia elétrica estende-se não só à sede, mas também a algumas comunidades rurais e fazendas próximas à rede. Embora esse serviço seja ofertado a cinco das comunidades rurais pesquisadas - Assungui, Itaqui, Morato, Serra Negra e Tagaçaba de Cima - ele não é ofertado para nenhuma das comunidades pesqueiras do município. A forma que a população destas comunidades encontra para resolver seu problema de iluminação é lançar mão de lampiões a querosene e a gás e de velas.

Os dados sobre o consumo desse serviço são fornecidos para o total do município, diferenciando somente as classes de consumidores. A tabela 3 registra o acréscimo do número de consumidores desse serviço entre 1980-86, que passou de 289 para 704, respectivamente, o que significa um aumento de

243,6%. Entretanto, considerando-se apenas as classes de consumidores (urbano) e rurais, verifica-se que de um total de 1.109 domicílios* apenas 54,2 têm acesso a este serviço.

TABELA 3 - CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO CLASSES DE CONSUMIDORES, NO MUNICÍPIO DE GUARAQUECABA - 1980-82-84-86

CLASSE DE CONSUMIDOR	1980		1982		1984		1986	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Residenciais	209	72,3	251	73,4	273	66,9	468	66,5
Comerciais	48	16,6	52	15,2	49	12,0	57	8,1
Industriais	3	1,0	5	1,5	3	,7	6	,8
Rurais	12	4,2	14	4,1	57	14,0	133	18,9
Outras Classes	17	5,9	20	5,8	26	6,4	40	5,7
TOTAL	289	100,0	342	100,0	408	100,0	704	100,0

FONTE: COPEL, IPARDES-CEE

É interessante observar que a classe de consumidores rurais vem assumindo significativa importância no incremento do uso de energia elétrica; incremento que estaria relacionado a dois fatores: de um lado, a própria extensão do serviço para a zona rural; de outro, a consolidação da ocupação das terras através da construção de casas nas fazendas.

Assim, verificou-se que o serviço de energia elétrica têm melhor servido à sede do município, como ocorre com o abastecimento de água, pelos mesmos motivos apresentados anteriormente.

Segundo o exposto, evidencia-se a precariedade das condições de habitabilidade, além dos problemas de acesso aos serviços públicos de infra-estrutura, quando não a sua inexistência. Esta situação permite concluir a existência de

*Levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba em 1986.

um quadro deficitário da moradia, característico das regiões onde residem populações de baixa renda.

3.2.2 Saúde

A sede municipal de Guaraqueçaba conta com um hospital/maternidade particular, gerido pela Associação Hospitalar e Assistencial Bom Jesus dos Perdões. O aparelhamento desta unidade hospitalar resultou da doação feita pela Associação Internacional Americana e Alemã de equipamentos utilizados em hospitais de campanha durante a guerra do Vietnam. A estrutura física do hospital compõe-se de três enfermarias, com um total de oito leitos; uma sala de parto, com aparelhagem para partos normais; uma sala cirúrgica, destinada a pequenas cirurgias (suturas), bem como cirurgias programadas; pequeno laboratório para análise de exames simples - escarro, fezes, urina parcial, hemograma, RH, gravidez; uma sala de consultas médicas; um gabinete odontológico; um farmácia; duas salas, onde funciona a parte administrativa; uma cozinha e uma lavanderia.

O quadro de pessoal compõe-se de: um médico, um laboratorista prático, duas enfermeiras práticas e três atendentes de enfermagem práticos. Nas funções administrativas têm-se um administrador hospitalar, uma secretária e recepcionista, um atendente de farmácia, duas cozinheiras, dois serventes e uma lavadeira.*

Este hospital/maternidade vem funcionando e mantendo-se basicamente por meio de convênios com o FUNRURAL, com a Secre-

*Índice estipulado pelo Plano Decenal de Saúde para as Américas, para uma população de 10.000 habitantes: 8 médicos, 2 odontólogos, 4,5 enfermeiras, 14 auxiliares de enfermagem e 2,2 auxiliares de odontologia. Em 1986, Guaraqueçaba possuía, segundo levantamento feito pela prefeitura local, uma população de 7.155 habitantes.

taria de Estado de Saúde - através do funcionamento do Posto de Saúde em suas instalações - e com a Prefeitura Municipal. Portanto, dados os convênios que o mantêm, é de responsabilidade do hospital dar atendimento e assistência à população do município.

Além do hospital, o município conta hoje com 11 minipostos de Saúde localizados no seu interior. Deste total, seis estão situados nas comunidades pesqueiras, contudo somente quatro deles estão em funcionamento - segundo dados da pesquisa de campo - e encontram-se nas seguintes comunidades: Barra do Superagui, Rasa - Ponta do Lanço, Ponta das Peças e Tibicanga; as duas outras unidades estão desativadas por falta de pessoal e de estoque de medicamentos. Os outros cinco minipostos localizam-se nas comunidades rurais de Itaqui, Rio Verde, Serra Negra, Tagaçaba de Baixo e Tagaçaba de Cima.

Estes minipostos têm como atribuição dar assistência primária à saúde, participar dos programas de imunização, suplementação alimentar e atendimento pré-natal, além de executarem os primeiros socorros demandados pelas populações locais.

Via de regra, os minipostos funcionam em uma das salas das escolas rurais e contam com os serviços de uma atendente da própria comunidade, que recebe um treinamento de quatro meses, dado pela SESA, para a execução das atribuições que lhe competem.

Contudo, a população aponta algumas deficiências no sistema de saúde local, questionando mesmo a qualidade do serviço. Ao nível do atendimento nos minipostos, são apontados

como problemas a ausência de visita médica periódica e o reduzido estoque de medicamentos de primeiros socorros. Como a expectativa da população quanto aos serviços dos minipostos está relacionada ao atendimento médico periódico, a precariedade deste leva inclusive ao descrédito quanto à atuação das atendentes, pois na ausência de uma qualificação médica reconhecida atribui-se maior eficácia ao atendimento prestado pelo curandeiro.

Também coloca-se como problema o acesso a serviços necessários em casos de maior gravidade e urgência. A população não tem acesso ao atendimento de emergência em tempo integral, em Guaraqueçaba, tendo de contar com a disposição dos profissionais para realizarem o serviço fora de horário, ou recorrer ao hospital de Paranaguá, que possui serviço de plantão. Nestes casos, somam-se as dificuldades de deslocamento, principalmente para os pescadores residentes nas ilhas, até a sede do município de Guaraqueçaba, Paranaguá e mesmo Cananéia - no caso do habitantes da Barra do Ararapira. O deslocamento significa, em alguns casos, uma viagem de quatro a cinco horas dentro de canoas, enfrentando condições climáticas adversas, além de correrem o risco não só do agravamento do estado de saúde, mas de falarem no meio do caminho.

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma medicina preventiva, através dos cuidados primários de saúde, tem se inviabilizado, dada a escassez de pessoal qualificado, bem como as dificuldades de acesso físico das populações rurais e pesqueiras à oferta deste serviço.

Quanto à mortalidade, observa-se que Paranaguá apresenta um coeficiente acima do observado no Estado. Em contrapartida, Guaraqueçaba apresenta um coeficiente menor do que Paranaguá e do que o Estado, o que revela uma contradição se considerada a situação sócio-econômica da sua população, expressa pelas condições de renda, moradia, saneamento básico, infra-estrutura para ter acesso à sede municipal ou outras localidades (tabela 4).

TABELA 4 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSA, SEGUNDO O TOTAL DO ESTADO, PARANAGUÁ E GUARAQUEÇABA - 1980-82-84

(Por 10.000 hab.)

CAUSA	ESTADO			PARANAGUÁ			GUARAQUEÇABA		
	1980	1982	1984	1980	1982	1984	1980	1982	1984
Doenças infecciosas e parasitárias	5,74	4,11	4,16	6,24	7,12	5,60	3,91	-	2,51
Neoplasias	5,69	5,33	5,45	5,01	5,25	7,90	2,61	-	1,26
Endócrinas, nutricionais metabólicas e Transtornos imunitários	2,35	1,42	1,56	2,32	1,05	3,29	-	1,30	-
Doenças do sangue e órgãos hematopoiéticos	,17	,18	,14	,12	,35	,22	-	-	1,26
Transtornos mentais	,16	,15	,16	,36	,35	,22	-	-	-
Doenças do sistema nervoso e órgãos dos sentidos	1,08	,70	,79	2,32	1,05	,22	2,61	1,30	-
Doenças do aparelho circulatório	16,82	16,68	16,98	21,65	23,22	27,11	5,22	1,30	7,54
Doenças do aparelho respiratório	4,03	3,89	3,94	6,11	4,78	6,15	2,61	1,30	2,51
Doenças do aparelho digestivo	2,09	1,83	1,99	4,89	2,80	3,62	3,91	-	-
Doenças do aparelho geniturinário	,61	,66	,65	2,20	1,63	2,63	-	-	2,51
Complicações da gravidez, parto e puerpério	,27	,22	,22	,49	,12	,33	-	-	2,51
Doença da pele e tecido celular subcutâneo	,01	,02	,02	-	-	-	-	-	-
Doença do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	,05	,03	,08	-	,12	,22	-	-	1,26
Anomalias congênitas	,92	,99	,82	,85	1,40	,66	-	-	1,26
Afecções no período do perinatal	4,47	4,53	3,30	5,75	3,03	2,31	1,30	3,92	2,51
Mal definidas	11,37	9,39	9,45	6,85	3,97	2,63	33,95	39,16	17,60
Causas externas	7,09	6,77	6,23	7,95	10,04	8,78	3,91	6,53	2,51
TOTAL	62,92	56,90	55,94	73,11	66,28	71,90	60,03	54,81	45,26

FONTE: AIT-GPC-FCMR-SESA/PR

Há que se considerar a subestimação deste coeficiente para Guaraqueçaba. Por um lado, os registros de óbito podem estar sendo agregados àqueles ocorridos em outras localidades, por exemplo em Paranaguá, uma vez que a população interiorana, sentindo a insuficiência do atendimento médico/hospitalar do seu próprio município, recorre a outros centros. Por outro, de maior relevância, segundo informações da própria Secretaria de Estado de Saúde, há um elevado número de óbitos não-registrados, principalmente aqueles de menores de um ano. Esse não-registro estaria intimamente relacionado às precárias condições da população interiorana de efetuar deslocamentos à sede, conjugadas ao desembolso monetário necessário para a efetivação daqueles registros.

Ainda quanto à mortalidade, a tabela 4 evidencia como o principal registro dos óbitos o grupo de causa denominado **Mal Definidas**, o que denota a precariedade do serviço e a inexistência do acompanhamento das condições de saúde da população local. Embora não se tenha trabalhado com a discriminação de óbitos por faixa etária, observa-se que a faixa dos menores de um ano tem apresentado um coeficiente de mortalidade significativo, expresso pelo grupo de causa **Doenças Infecciosas e Parasitárias** - ou seja, aquelas oriundas da falta de imunização, bem como das deficiências de saneamento básico, higiene e nutrição - e pelas **Afeções no Período do Perinatal** - decorrentes da não-assistência médica necessária no período pré-natal.

Dessa forma, o quadro dos serviços ofertados e da situação de saúde, verificado para a população da APA, vêm rea-

firmar o quadro geral de deficiências e precariedades das condições de vida da maioria daquelas pessoas.

3.2.3 Educação

O município de Guaraqueçaba conta, hoje, com 40 estabelecimento de ensino de 1º grau e pré-escolar, seis localizados na zona urbana e 34 na zona rural. Dos seis localizados na zona urbana, três são da rede de ensino estadual de 1º grau: dois deles estão na sede municipal, um atende o centro da cidade e oferece o 1º grau completo, o outro atende o bairro do Costão e oferta apenas de 1ª a 4ª série; e o terceiro atende à comunidade de Tagaçaba de Baixo e suas adjacências, ofertando o 1º grau. Os outros três estabelecimentos da zona urbana são da rede de ensino municipal e ofertam o ensino pré-escolar tanto para a comunidade já mencionada quanto para a sede.

A escola situada na sede, que atende o centro da cidade, é a única que funciona em três turnos. O da manhã atende à população urbana e a rural próxima à sede; o turno da tarde destina suas vagas, preferencialmente, à população rural; e o noturno atende exclusivamente à população da cidade.

Os 34 estabelecimentos restantes, localizados nas comunidades pesqueiras e rurais, são de responsabilidade da rede de ensino municipal. Deste total, sete ofertam o ensino pré-escolar e as séries de 1ª a 4ª e 27 somente de 1ª a 4ª séries o que dificulta a continuidade dos estudos (tabela 5).

TABELA 5 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR ZONA URBANA E RURAL, SEGUNDO GRAUS DE ENSINO, EM GUARAQUECABA - 1984-1986

GRAU DE ENSINO	ZONA URBANA		ZONA RURAL		TOTAL	
	1984	1986	1984	1986	1984	1986
	Pré-escolar	3	3	-	-	3
1º grau	3	3	24	27	27	30
1º grau com pré-escola	-	-	15	7	15	7
TOTAL	6	6	39	34	45	40

FONTE: FUNDEPAR, IPARDES-CEE

De todas as comunidades contempladas pela pesquisa de campo, somente a de Almeida não está com sua escola em funcionamento, devido à construção de uma nova. Desta forma, as crianças em idade escolar têm de andar em média três quilômetros até a escola mais próxima.

A reforma de alguns estabelecimentos, cujo estado de conservação tornava-os inviáveis para o devido uso, bem como o fechamento de outros, dada a precariedade absoluta na conservação, deve constituir-se na explicação mais plausível para a redução do seu número verificada entre os anos de 1984 e 1986.

A tabela 6 demonstra que dos 563 alunos matriculados na 1ª série em 1982, somente 171 efetuaram sua matrícula na 4ª série em 1985, ocorrendo, portanto, uma redução de 392 matrículas se o número inicial deles for levado em consideração. Estes dados, além de expressarem um afunilamento, evidenciam duas situações: de um lado, a evasão dos alunos do sistema educacional; de outro, a existência de um número significativo de reprovações - que podem ser atribuídas a falhas do próprio sistema, não compatibilizado às condições sócio-econômicas da sua clientela, na medida em que cumpre um programa escolar

formal sem levar em consideração a existência de uma atividade demandante da força de trabalho infantil (épocas de colheita, etc.).

TABELA 6 - ALUNOS MATRICULADOS NO 1º GRAU,
NAS 1ª E 4ª SERIES, EM GUARAQUEÇABA - 1982-84-86

SÉRIE	1982	1983	1984	1985
1ª série	563	663	663	669
4ª série	173	153	132	171

FONTE: FUNDEPAR, IPARDES-CEE

A qualificação do corpo docente é outro dado que revela as condições de oferta desse serviço. Em 1986, dos docentes alocados no 1º grau no município de Guaraqueçaba, 51,5% são considerados leigos, tendo cursado somente o 1º grau, muitas vezes sem concluí-lo. Os outros 41,1%, cuja qualificação é de 2º grau completo e incompleto, são considerados habilitados; e somente 7,4% cursaram o 3º grau (tabela 7).

TABELA 7 - CORPO DOCENTE ALOCADO NO 1º GRAU, SEGUNDO
QUALIFICAÇÃO, EM GUARAQUEÇABA - 1986

QUALIFICAÇÃO	Abs.	%
1º grau completo e incompleto	49	51,5
2º grau completo e incompleto	39	41,1
3º grau completo e incompleto	7	7,4
TOTAL	95	100,0

FONTE: FUNDEPAR, IPARDES-CEE

O exposto revela que a oferta deste serviço, embora abranja a maioria das comunidades do município, também reflete as condições de precariedade das populações locais. Ressalte-se ainda a inexistência do ensino de 2º grau no município, o que inviabiliza a permanência dos alunos na escola. Pois só é

possível ter acesso à continuidade da escolarização em outros municípios, o que por sua vez implica disponibilidade financeira familiar para manter um dos seus membros somente estudando.

4 PEQUENA PRODUÇÃO RURAL

A constituição da produção familiar nessa região remonta ao século XVII, quando se intensificou a ocupação do litoral paranaense em função da lavra de ouro. A produção rural, juntamente com a pesca, destinava-se a suprir de gêneros alimentícios o pessoal ocupado na mineração.¹⁰ Com o declínio da exploração aurífera, essas atividades mantiveram-se voltadas basicamente ao sustento da população da região. No início do século XIX, a maioria das propriedades rurais do litoral era de sitiantes e produzia para sustentação das fazendas e vilas.¹¹

Associada ao ritmo da economia regional, a pequena produção rural sobreviveu ao longo do tempo, alternando-se períodos de retração, nos quais restringiam-se os vínculos mercantis dessa economia, com períodos de maior dinamismo, quando ampliava-se o intercâmbio com regiões vizinhas, através do comércio da produção de alimentos e mesmo da exportação de produtos regionais. No período que se estende pela segunda metade do século passado e início do atual, Guaraqueçaba teve seu momento de maior prosperidade econômica, em função do comércio exportador de banana e madeira. Esse período coincidiu com a ocorrência, em Guaraqueçaba, da mais significativa alteração a nível da paisagem local: a derrubada de florestas e a utilização das terras com pastagem e agricultura.¹²

A partir da década passada, entretanto, instaurou-se nessa região intenso processo de apropriação de terras por

grandes grupos econômicos, excluindo muitos produtores do acesso à terra, principalmente em Guaraqueçaba.*

A observação das informações sobre a variação da área total dos estabelecimentos fornece um quadro desse processo, com destaque para o período 1970-75, no qual o incremento de área, em Guaraqueçaba e Antonina, foi superior a 710% e 260%, respectivamente (tabela 8).

Em Guaraqueçaba, houve uma alteração significativa da participação dos diversos grupos de área na estrutura fundiária local. Os estabelecimentos com área inferior a 100 ha, que representavam 96,8% dos estabelecimentos rurais em 1970 e 59,0% da área total, tiveram sua área reduzida para apenas 6,9% da área total em 1985 (tabela 9), mesmo tendo continuado a representar mais de 90% dos estabelecimentos rurais.

Em Antonina também ocorreu, num primeiro momento, a elevação da participação dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, que passaram a deter 66,8% da área total dos estabelecimentos em 1975. Entretanto, esta situação alterou-se a partir de 1980; os dados de 1985 apontam inclusive para o incremento da participação dos estabelecimentos menores, ao lado do significativo incremento registrado na participação dos estabelecimentos com área entre 100 e 1.000 ha, que nesse ano passaram a deter a metade da área total (ver tabela 6).

*Apesar de este projeto utilizar basicamente informações secundárias referentes ao município de Guaraqueçaba, optou-se, neste item, por incluir os dados do Censo Agropecuário relativos a Antonina, por ser significativa a parcela de seu território (cerca de 60%) que está inserida na APA, na qual se encontra cerca de metade dos seus estabelecimentos rurais. Esse dado refere-se apenas aos distritos de Catatu e Cachoeira de Cima, localizados na APA de Guaraqueçaba, e que possuíam conjuntamente, em 1985, 446 estabelecimentos com área total de 12.655 ha, representando 42% dos estabelecimentos e 39% da área total dos estabelecimentos rurais de Antonina.

TABELA 8 - VARIACAO DO NUMERO E DA AREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS EM GUARAQUECABA, ANTONINA E LITORAL - 1970-75-80-85

LOCALIDADE	1970		1975		1980		1985		1970-1975				1975-1980				1980-1985			
	Estab.	Area (ha)	Estab.	Area (ha)	Estab.	Area (ha)	Estab.	Area (ha)	Estabelecimentos		Area (ha)		Estabelecimentos		Area (ha)		Estabelecimentos		Area (ha)	
									Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
Guaraquecaba	496	15.301	627	125.881	630	104.616	818	186.543	131	26,4	110.500	718,4	3	,5	(21.265)	(16,9)	188	29,8	81.927	78,3
Antonina	141	9.328	444	34.347	643	57.085	1.064	31.964	303	214,9	25.019	268,2	199	44,8	22.738	66,2	421	65,5	(25.121)	(44,0)
Litoral	2.157	80.480	2.484	233.647	3.629	287.350	4.730	369.911	327	15,2	153.167	190,3	1.145	46,1	53.703	23,0	1.101	30,3	82.561	28,7

FONTE: Censo Agropecuario 1970, 1975, 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuario 1985-IBGE

TABELA 9 - PARTICIPACAO DOS GRUPOS DE AREA NO TOTAL DE AREA E ESTABELECIMENTOS, EM GUARAQUECABA E ANTONINA - 1970-75-80-85

GRUPOS DE AREA	GUARAQUECABA								ANTONINA							
	1970		1975		1980		1985		1970		1975		1980		1985	
	Estab.	Area	Estab.	Area	Estab.	Area	Estab.	Area	Estab.	Area	Estab.	Area	Estab.	Area	Estab.	Area
Menos de 10	35,1	7,0	55,2	1,4	33,6	1,2	41,1	,8	26,2	2,2	58,3	3,3	47,0	2,1	64,3	8,9
10 a 100	61,7	52,0	39,4	5,6	59,8	9,0	51,2	6,1	61,7	33,3	34,9	11,7	41,7	14,7	30,5	27,6
100 a 1.000	3,0	26,8	3,3	4,8	3,7	7,3	5,0	8,0	11,3	46,3	5,4	18,2	10,0	31,2	4,9	50,9
1.000 a 10.000	,2	14,2	1,3	14,3	2,1	25,6	1,7	18,5	,7	19,2	1,4	66,8	1,2	31,7	,3	12,6
Mais de 10.000	-	-	,5	73,9	,5	56,9	,6	66,6	-	-	-	-	,1	20,3	-	-
Sem declaracao	-	-	,3	-	,3	-	,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censo Agropecuario, 1970, 1975, 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuario 1985-IBGE

Além disso, nesse município a variação positiva no número de estabelecimentos agrícolas ocorreu de modo mais intenso que o da área total, resultando uma área média de 30 ha, em 1985. Em Guaraqueçaba, nesse mesmo ano, a área média era de 228 ha.

Cabe observar ainda que essas mudanças na estrutura fundiária atingiram os diversos produtores de modo distinto. Neste sentido, há que se ressaltar a situação dos ocupantes, que até meados da década passada representavam, nos dois municípios, a maioria dos estabelecimentos, e que no censo de 1980 tiveram sua participação reduzida a cerca de 20% dos estabelecimentos rurais em Antonina e Guaraqueçaba. A precariedade dos vínculos legais desses produtores com a terra facilitou o processo de ocupação de terras por grandes grupos econômicos, principalmente em Guaraqueçaba¹² (tabela 10).

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DO PRODUTOR NO TOTAL DE ÁREA E ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO CATEGORIA, EM ANTONINA E GUARAQUEÇABA - 1970-75-80-85

CATEGORIA	ANTONINA								GUARAQUEÇABA							
	1970		1975		1980		1985		1970		1975		1980		1985	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Proprietários	46,1	67,1	40,8	92,6	79,3	94,4	98,3	99,2	47,6	70,2	41,3	97,7	81,1	84,5	70,9	42,7
Arrendatário	,7	3,6	-	-	2,3	1,5	,1	,1	,8	2,4	,1	,1	,8	13,6	1,5	8,1
Parceiro	,7	,8	,2	,7	,3	,3	,4	,4	,6	,5	-	-	,1	-	,5	27,3
Ocupante	52,5	28,5	59,0	6,7	18,0	3,9	1,0	,2	51,0	26,9	58,6	2,2	18,0	1,9	24,5	21,1
Outra Condição	-	-	-	-	-	-	,2	,1	-	-	-	-	-	-	2,6	,8

FONTES: Censo Agropecuario 1970, 1975, 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuario 1985-IBGE

Em 1985 registrou-se um acréscimo significativo da área ocupada por esta categoria no município de Guaraqueçaba. Embora ainda não se disponha de um maior detalhamento das informações da sinopse do Censo Agropecuario, é possível - a partir da área média dos estabelecimentos dessa categoria, que de 17 ha, em 1980, passou para 196 ha em 1985 - inferir que o

ocupante é um tipo de produtor diferenciado do posseiro tradicional da região. Assim, parece que a ocupação da terra é feita por produtores maiores, cujos estabelecimentos, conforme se pôde constatar em campo, foram formados por antigas posses e encontram-se em processo de legalização, sendo portanto classificados pelo censo como pertencentes a ocupantes.

O que se observa em Antonina é que os proprietários constituem a quase totalidade* dos produtores, além de deterem praticamente toda a área dos estabelecimentos (ver tabela 7). As informações para o ano de 1985 apontam para uma estruturação fundiária em que a maior parcela das terras encontra-se em mãos de médios proprietários. Entretanto, é preciso atentar para o aspecto desse processo que diz respeito à forma de apropriação das terras.

Também em Antonina é significativa a parcela de terras que se encontra em mãos de grupos empresariais. Em 1980, cerca de 50% da área total dos estabelecimentos eram apropriados sob a condição de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidades limitada.**

Embora o último censo indique que o número de estabelecimentos até 10 ha aumentou na região, é preciso considerar dois aspectos desse comportamento. Em primeiro lugar, este incremento de estabelecimentos menores relaciona-se à dinâmica de modernização da agropecuária paranaense, principalmente no

*Há algumas evidências, contrárias a essa informação, que apontam para uma presença maior de ocupantes nesse município do que consta na sinopse do censo. Um produtor da localidade de Rio Pequeno informou que a maioria dos produtores aí residentes possuía apenas a posse da terra. A ACARPA local, em seu Diagnóstico da Zona Rural, de jul./86-jun./87, afirma existir um grande número de posseiros.

**Censo Agropecuário Paraná 1980 - IBGE (essas informações não estão disponíveis na sinopse preliminar do Censo Agropecuário Paraná 1985); FUNDAÇÃO IPARDES. PROLITORAL - Programa de apoio à população carente do litoral; diagnóstico e propostas de ação. Curitiba, 1980. 2v.

Paraná Antigo (onde se encontra o litoral), que vem absorvendo desde a década passada contingentes rurais das regiões em que se concentraram as transformações do processo produtivo agrícola - norte e oeste do Estado. Atualmente, o setor de subsistência das áreas menos aptas à agricultura tecnificada, em geral às do Paraná Antigo, tornou-se o refúgio dos desempregados das áreas dinâmicas e, possivelmente, dos desempregados urbanos com origem rural.⁴⁴ De fato, constatou-se a presença de famílias de pequenos produtores oriundos do norte do Paraná na localidade de Rio Pequeno, em Antonina, aí fixadas em fins dos anos setenta e início da década atual.

Em segundo lugar, é preciso considerar que esse aumento no número de estabelecimentos encobre os conflitos pela posse da terra ocorridos na região, que resultaram na exclusão dos antigos produtores, principalmente os pequenos posseiros.

Ainda assim é significativo o contingente de pequenos produtores na área, embora em processo de minifundização. Apesar de os estabelecimentos sofrerem uma redução da sua área média, eles continuam a ter importância na produção agrícola local, mesmo que num contexto de policultura de subsistência, praticada com padrão técnico rudimentar.

Em geral a pequena produção é compreendida como tal quando tem no trabalho familiar, predominantemente, a base da exploração agrícola, caracterizando-se também pela baixa capacidade de retenção dos resultados de seu trabalho. Embora as dificuldades vividas por esses produtores resultem de um processo mais geral, relacionado ao desenvolvimento do capital na agricultura, que extrapola as situações específicas regionais, certas restrições decorrentes do zoneamento poderão comprometer

ter a sua reprodução enquanto produtores. Neste sentido, as condições materiais de produção de que dispõem (basicamente disponibilidade de terras e tecnologia) condicionarão qualquer alternativa de manejo adequado aos propósitos do zoneamento. Durante a permanência em campo, verificou-se um exemplo desta situação, na localidade de Rio Pequeno, caracterizada por um grande número de canais de drenagem, o que - junto a outros fatores restritivos, como a proibição de desmate - implica a redução da área disponível para cultivo, inviabilizando o tradicional pousio e obrigando a incorporação de insumos agrícolas ao processo produtivo.

A produção familiar na APA de Guaraqueçaba envolve basicamente dois grupos de produtores, que apesar de terem em comum a produção para o autoconsumo familiar, se diferenciam pela disponibilidade de recursos produtivos, principalmente pelo estoque de terra.

A participação de produtores familiares com certa especialização em sua produção, que envolva uma base produtiva com algum grau de tecnificação e vínculo mais estreito com o mercado, é incipiente na APA, restringindo-se basicamente a alguns horticultores na parte situada em Antonina.

Tem-se, assim, um grupo de pequenos produtores cuja característica principal é a reduzida disponibilidade de terras, ao que conjuga-se, em muitos casos, precários vínculos legais com a terra. Esses produtores têm maior dependência de outras atividades para garantir a sobrevivência familiar, como o assalariamento temporário em fazendas e a coleta do palmito.

Duas situações caracterizam a precariedade da condição desses produtores, principalmente os posseiros. Uma delas diz respeito ao comércio de posses que ocorre na região, através do qual eles obtêm algum rendimento, com a venda da terra, reconstituindo suas posses em outras áreas, principalmente nas encostas da serra. A outra situação está relacionada à exploração clandestina do palmito, que apesar de vir escasseando na região se constitui numa fonte de renda maior do que aquela que os pequenos produtores obtêm em seu reduzido lote, ou ainda da propiciada pelo assalariamento temporário.

Por parte dos produtores maiores há reclamações quanto à dificuldade em se dispor dessa mão-de-obra nos períodos em que as fábricas de palmito apresentam uma demanda mais intensa de matéria-prima.

O segundo grupo de produtores familiares se distingue, fundamentalmente, por uma maior disponibilidade de terras, que lhe permite assegurar a manutenção da família através do desenvolvimento da policultura, combinando a produção voltada às necessidades da família e da criação doméstica à produção de culturas destinadas ao mercado, como o da banana. Em algumas ocasiões, esses produtores também recorrem ao assalariamento para complementar seus rendimentos.

A essa maior disponibilidade de terras não corresponde uma utilização integral da propriedade pelo produtor. Entretanto, ela lhe garante, além de uma área relativamente maior para o plantio, a possibilidade de desenvolver certas práticas de cultivo como o pousio, que lhe garante a manutenção, nas

suas condições de produção, de certo nível de produtividade do solo.

Há casos em que esses produtores acabam, inclusive, cedendo parcela de seu terreno, sob alguma forma de parceria, para moradores do local, cujas terras são insuficientes ou mesmo inaptas para certas culturas.

Aqui em Serra Negra tem muito morador que não tem terra suficiente pra plantar (....); daí eles trabalham em terra de outro produtor.

(produtor de Serra Negra)

Tem gente que planta no terreno de outro, pra deixar a terra descansar (....); é que com dois anos na mesma terra tem muito capim.

(produtor de Itaquí)

É esse grupo de produtores que responde por boa parte da produção agrícola local, realizada em condições técnicas rudimentares, quase sempre com recursos apenas de força humana. Para o cultivo, procede-se à limpeza do terreno através do desmate e da queimada, em seguida realizando-se a semeadura, na maioria das vezes sem qualquer preparo anterior da terra. Certos instrumentos de trabalho, difundidos em outras regiões de pequena produção, estão sendo incorporados recentemente nesta região. É o caso dos produtores da comunidade de Batuva, que há pouco tempo incorporaram o "pica-pau", instrumento utilizado para a semeadura, e que antes utilizavam de varas para fazer as covas, onde depositavam as sementes.

Mesmo o cultivo do principal produto de mercado, a banana, realiza-se, em boa parte, nessas mesmas condições. Segundo a ACARPA, em alguns locais predominam bananais antigos

que, sem qualquer trato cultural, apresentam redução contínua de produtividade, e onde a atividade se resume ao extrativismo da banana. A adoção de medidas necessárias à revitalização desta cultura, como a renovação dos bananais e o emprego de práticas culturais como correção de acidez do solo e proteção de pragas, depara-se com a pouca disponibilidade de recursos dos produtores.

A precariedade da base técnica dessa produção de subsistência, associada em alguns casos à redução da mão-de-obra familiar, devido à migração de elementos mais jovens, explica as dificuldades que esse produtor encontra para dispor mais efetivamente de suas terras. Isso faz com que se tenha de recorrer, em alguns momentos do ciclo produtivo, a trabalhadores externos à propriedade. Um produtor de Assungui, referindo-se a esta questão, comenta que não consegue competir com a remuneração propiciada pela extração do palmito, porque a gente só pode pagar Cz\$ 80,00 e dar a comida, e com duas horas no mato a pessoa ganha mais com o palmito. Em algumas localidades, como em Batuva, essa situação é contornada pela troca de dias de trabalho.

Esse produtor, embora organize sua produção com vistas ao atendimento das necessidades familiares, tem na combinação da atividade de subsistência, da produção para o mercado e eventual assalariamento, a garantia de sua sobrevivência enquanto produtor. A comercialização da banana se apresenta, portanto, como fundamental para esses produtores, pois é através dela que se define sua principal fonte de renda monetária.

O fato de ser uma produção realizada em pequena escala - com problemas de produtividade, de qualidade em relação

ao padrão exigido pelo mercado consumidor, de escoamento devido a precariedade da infra-estrutura viária e ainda com as dificuldades que o produtor tem de se relacionar diretamente com o mercado que absorve sua produção, na região de Curitiba - coloca o mesmo na dependência dos intermediários que atuam na zona produtora, o que se traduz na baixa remuneração da banana.

Em algumas comunidades, entretanto, essa situação vem sendo alterada em decorrência da presença da PROHORTA* de Morretes. Além de essa Associação atender as comunidades coletivamente garantindo a aquisição da banana durante todo o ano agrícola, ela atua na intermediação de alguns gêneros básicos a preços inferiores ao praticado pelo mercado local.

O que se observa atualmente nessas comunidades é uma situação de concorrência; os intermediários procuram atrair os associados da PROHORTA através da prática de melhores preços durante a entressafra, quando a produção se apresenta reduzida e os preços são maiores no mercado.

Constatou-se que em alguns locais de atuação da PROHORTA, como em Batuva, os produtores vêm realizando benfeitorias em suas propriedades, como melhorias nas moradias e aquisição de instrumentos de trabalho que, embora simples, inexistiam no local, como é o caso do "pica-pau", utilizado para a semeadura.

A exploração de alguns recursos naturais dos estabelecimentos dos pequenos produtores constitui uma fonte de renda eventual. Segundo depoimento de produtores locais, a caxeta -

*Associação de Produtores de Hortigranjeiros do Litoral Paranaense.

utilizada como matéria-prima industrial e demandada, na região, por indústria de Paranaguá - é retirada quando se realiza a limpeza de uma nova área para o plantio. Recentemente a região começou a ser demandada, também, por produtos para fins ornamentais, comercializados por floriculturas paranaenses e catarinenses, como é o caso da dracena, denominada popularmente de "pau-d'água", e que servia aos produtores apenas para fazer cercado.

Embora o palmito possa representar uma alternativa de renda para os pequenos produtores, alguns obstáculos vêm inibindo o desenvolvimento dessa atividade. Esses produtores referem-se ao fato de os estoques naturais terem esgotado nas áreas que ocupam, encontrando-se palmito, atualmente, nas terras pertencentes a grandes proprietários, onde ele é explorado clandestinamente, ou nas terras arrendadas às fábricas de palmito.

Outro aspecto relaciona-se à estratégia de abastecimento das indústrias de conserva, que se valem da exploração dos estoques naturais de modo a reduzir custos inibindo o desenvolvimento da integração indústria/produtores, através da qual os produtores teriam garantida a demanda por matéria-prima e seriam induzidos ao reflorestamento de suas terras, através de projetos de manejo sustentado. A consequência desta estratégia tem sido a pressão crescente sobre os estoques de palmito da região e o estímulo à sua exploração clandestina.

O pequeno produtor, para produzir palmito, enfrenta ainda, problemas quanto ao reflorestamento da espécie, devido não só às suas precárias condições de produção, como também às

dificuldades em cumprir as exigências legais para sua exploração, com a necessidade de elaboração de plano de manejo e corte, bem como documentação para sua comercialização.

Mesmo sem a definição de diretrizes específicas para o uso dos recursos naturais da APA de Guaraqueçaba, vêm sendo aplicados à região as normas previstas na legislação federal e estadual de proteção ambiental.

Algumas repercussões dessas medidas já são notadas sobre a pequena produção local, principalmente por aqueles produtores, antigos posseiros, que foram expropriados pelo avanço de grandes empreendimentos e que tendo conseguido reconstituir suas posses nas áreas mais distantes, geralmente em terrenos de encostas, certamente se defrontam com maiores restrições ao desenvolvimento de suas atividades. Inclui-se nesse caso, inclusive, os produtores familiares que se instalaram recentemente na região, nas encostas, como os ex-arrendatários de café que vivem na localidade de Rio Pequeno.

As principais reclamações entre esses produtores referem-se à:

- a) dificuldade de se obter permissão para uso de áreas anteriormente ocupadas e que hoje se encontram cobertas com capoeirão e/ou mata secundária;
- b) existência, em alguns locais, de uma densa rede de canais de drenagem que exige a preservação de matas ciliares, o que acaba significando a inviabilização em termos de uso de expressiva parcela do estabelecimento;

c) morosidade para se conseguir a liberação de desmate, comprometendo a possibilidade de se iniciar o plantio no período adequado.

O que se verifica, portanto, é que além dessas restrições implicarem uma redução das áreas passíveis de uso, como agravante elas implicam uma desestabilização do sistema de pousio, que nas atuais condições técnicas de produção é fundamental para sua reprodução. Como parcela dos pequenos produtores está situada em áreas com menor aptidão agrícola e/ou dispõe de pouca terra, a adoção de um manejo adequado às restrições protecionistas implicará um maior dispêndio com insumos agrícolas, assegurando um certo nível de produtividade, medida que dificilmente poderá ser viabilizada mantendo-se as precárias condições da produção familiar da região.

5 ATIVIDADE PESQUEIRA

A produção pesqueira não teve significação econômica preponderante, enquanto atividade produtiva, na história dos ciclos econômicos do Paraná. Na bibliografia que trata da história do litoral são quase inexistentes as informações que fazem referência à atividade pesqueira; alguns autores falam de passagem nesta atividade, sempre caracterizando-a como para a subsistência.

Encontram-se referências à pesca a partir do primeiro ciclo econômico, o ciclo do ouro, quando os mineradores de Cananéia e São Vicente/SP deslocaram-se para o litoral paranaense à procura de ouro. Ali, segundo Romário Martins, a caça, a pesca, os frutos silvestres e as roças de emergência foram o primeiro apoio possibilitador da vida desses homens de aventura que aos poucos foram penetrando o sertão e lhe domando a braveza e lhe desencadeando os mistérios.¹⁵

Dessa forma, a atividade pesqueira, que já era praticada pelos índios que habitavam o litoral na época da colonização, passou a ser desenvolvida também pela população colonizadora que ocupou o litoral, tornando-se uma das fontes básicas de sua alimentação.

A curta duração deste ciclo econômico e sua rápida decadência levaram, a população que permanecia na região a dedicar-se quase que exclusivamente às atividades de subsistência, tanto a agrícola quanto a pesqueira. Assim, durante muito

tempo a pesca manteve-se voltada para a subsistência da população do litoral, passando a entrar gradativamente no mercado capitalista⁴⁶ (no caso de Guaraqueçaba, a mercantilização da pesca se inicia na década de 70).

Dadas as características dessa atividade e sua pouca expressividade no cenário econômico do Estado, a coleta de dados estatísticos - realizada por órgãos públicos* - deixa a desejar, descaracterizando a realidade do setor. Não há periodicidade dos dados quanto à quantidade e espécies de produtos capturados, número de embarcações e de pescadores, valor de comercialização das diferentes espécies, etc. A ausência de um controle efetivo resulta não só na escassez de informações, como também possibilita que grande parte da produção dos pescadores paranaenses seja desviada sem nenhum controle para o Estado de São Paulo, via litoral Norte (Guaraqueçaba, Superagui e Ilha das Peças) e para Santa Catarina, via litoral Sul (Guaratuba). É considerável a quantidade de camarão, principalmente, que após passar pelas salgas irregulares destas localidades é encaminhada àqueles Estados, onde figura como sua produção nas estatísticas e arrecadação.⁴⁷

5.1 SITUAÇÃO ATUAL DA PESCA

Os estudos a respeito da atividade pesqueira, tanto os acadêmicos quanto os burocráticos, classificam os pescadores segundo o tipo de produção efetuada. São três as classificações mais usuais:

- a) pescadores-agricultores - aqueles que pescam e plantam para consumir e comercializar o pequeno excedente; praticam uma pesca simples, sem acesso a longas distâncias no mar;

*Os órgãos públicos que coletam estes dados são: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; EMATER - Empresa de Assistência e Extensão Rural (antiga ACARPA); Federação das Colônias de Pescadores do Paraná.

- b) pescadores artesanais - aqueles que têm na pesca sua principal fonte de renda; embora a sua produção esteja voltada para o mercado, também destina-se ao consumo doméstico; caracteriza-se pela simplicidade tecnológica e pelo baixo custo da produção, oriunda de grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco;
- c) pescadores industriais - aqueles vinculados à pesca empresarial, com relações de trabalho exclusivamente patronais; este tipo de produção caracteriza-se pela dissociação entre pescador e pescado.¹⁸

Essa classificação auxiliará na compreensão da história daqueles que têm vivido da atividade pesqueira. Ao se referir à pesca, desde a ocupação até décadas atrás, a historiografia a caracteriza como complementar para a subsistência, entendendo os pescadores naquele momento como pescadores-agricultores.

A pesquisa de campo, realizada com as comunidades pesqueiras das ilhas, revelou que em algum momento da história das suas populações a pesca de fato caracterizava-se enquanto atividade complementar à subsistência. Coexistiam as atividades agrícolas, de gêneros básicos, e a pesqueira. Esse momento faz parte da memória das pessoas mais antigas das comunidades:

Nós fomos nascido aqui no local. Então nossos pai cuidava mais de plantá. Naquele tempo tinha muito peixe, tinha peixe e não tinha rede pra matá. Ninguém usava aquilo e ninguém comprava, também. Então o peixe tinha muito pelo mangue... mas depois, começaram a comprar rede, a turma, e começaram a pescar. Tanto a turma daqui como os de fora... Então todo mundo vive só da pesca... é um meio mais fácil de vivê. Já a lavoura é... é mais

difícil. A pesca tornou o meio de vida, a atividade do povo da beira do mar, é tudo pescador (pescador de Vila Fátima).

A fala deste pescador traduz, de forma generalizada, a relação que a população mantinha com a terra e com o mar. Ela também expressa, embora não parta do conhecimento científico, a qualidade produtiva das terras onde se encontram localizadas as comunidades pesqueiras; pois se num primeiro momento da ocupação essas terras pareciam propícias à atividade agrícola, hoje sabe-se que o seu tipo de solo - arenoso - possui fertilidade natural baixa, sendo portanto impróprio para o desenvolvimento da agricultura.

Nesse sentido, é de se supor que a combinação entre as duas atividades, a agrícola e a pesqueira, só foi possível quando as atuais comunidades começaram a se agregar, no sentido de garantirem a sua sobrevivência, consolidando a ocupação dos espaços em que hoje vivem.

A medida que se constatava a improdutividade do solo, passava-se a utilizar o espaço terrestre para as atividades de extração, como forma de complementação de renda. Esta complementação era e é ainda expressa na coleta do palmito, da lenha, da caxeta, das folhas de samambaia para as floriculturas, dos cipós e madeiras para o artesanato, além de pequenos roçados de mandioca para o fabrico da farinha.

Porém, esses espaços foram se tornando inviáveis, na medida em que vinham sendo adquiridos, legal ou ilegalmente, por companhias agropastoris, reflorestadoras e por especuladores imobiliários. Assim, tanto as áreas continentais quanto as das ilhas, hoje ocupadas por estes agentes externos, vêm sendo

utilizadas de forma a inviabilizar aquelas possibilidades de complementação de renda, além de contribuírem ainda mais para a redução dos atuais níveis de renda e sobrevivência da população pesqueira, composta exclusivamente de pescadores artesanais.

A pesca artesanal praticada na região está fundada numa tecnologia bastante rudimentar, que vem sendo transmitida de pai para filho (segundo informações dos entrevistados). Ela se desenvolve com o auxílio de pequenas embarcações a remo ou a motor, com a utilização de redes para captura das diferentes espécies e um ou dois pescadores no caso da canoa a remo, e no máximo quatro pescadores na canoa a motor.

Além da precariedade dos instrumentos de trabalho, os pescadores também enfrentam problemas relacionados à redução da população de pescados que havia no estuário - locus de produção e reprodução. Esse processo de escasseamento do pescado, que vem ocorrendo há mais ou menos dez anos, está relacionado a dois fatores: o primeiro diz respeito ao estreitamento do vínculo entre a atividade pesqueira e a comercialização dos produtos no mercado consumidor, exigindo portanto a intensificação da captura tanto nos períodos de safra quanto de entressafra - ocasionando de forma acelerada a degradação dos recursos pesqueiros; o segundo diz respeito à intensificação da pesca em mar aberto, na costa paranaense, por barcos industriais de outros estados, que além de arrastarem continuamente o fazem quase sempre desrespeitando o limite de milha.*

*A SUDEPE define uma área de restrição para a realização do arrastão nas três primeiras milhas da costa.

A simplicidade dos instrumentos de trabalho e o atual processo de escassez têm restringido os resultados da atividade, pois o volume de pescado capturado por cada pescador não chega, muitas vezes, a compensar o esforço empreendido.

Concomitantemente a estes fatores, há a estrutura de intermediação na comercialização do pescado, um dos principais entraves à melhoria das condições de vida dos pescadores. Esta estrutura, principalmente nas comunidades interioranas à baía, origina uma longa cadeia de intermediação, que tem início junto ao comerciante da localidade. O difícil acesso às cidades compradoras e a perecibilidade do produto atrelam os pescadores ao comerciante, que além de desempenhar o papel de primeiro comprador, com a prioridade de estabelecer o preço a ser pago, é também o fornecedor de produtos alimentícios, cujos preços sofrem o acréscimo daqueles praticados no mercado. Dessa forma, os pescadores são duplamente explorados, na comercialização e na aquisição de bens de primeira necessidade.

Este quadro geral identifica as principais dificuldades vivenciadas pela população que tem na pesca sua principal atividade. Apesar delas, ainda há um número significativo de pessoas que se encontram envolvidas nesta atividade. Em 1986, do total de 6.364 pessoas que viviam das atividades rurais no município de Guaraqueçaba, 2.794 estavam ligadas à pesca, o que significa que 39,0% da população sobrevivia da atividade pesqueira (tabela 11).

TABELA 11 - POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - 1986

LOCALIDADE	Abs.	%
Comunidades pesqueiras**	2.794	39,0
Comunidades rurais	3.570	49,9
Sede	791	11,1
TOTAL	7.155	100,0

FONTE: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba. Recenseamento da população residente no município de Guaraqueçaba. Guaraqueçaba, 1986

**Inclui o Costão, que fica na sede do município

As onze comunidades pesquisadas foram divididas em dois grupos, quanto ao local de pesca, pois este é um fator muito importante na caracterização dessa atividade: os de interior da baía e os de mar aberto. São oito as comunidades localizadas no interior da baía: Almeida, Costão, Guapicu, Mariana, Rasa - Ponta do Lanço, Saco do Tambarutaca, Tibicanga e Vila Fátima. As demais localidades - Barra do Ararapira, Barra do Superagui e Ponta das Peças - têm acesso à pesca em mar aberto e, via de regra, retiram somente daí a sua produção (tabela 12).

5.2 COMUNIDADES DE PESCA NO INTERIOR DA BAÍA

As comunidades que têm sua área de produção restringida às águas da baía apresentam uma situação diferenciada daquelas que pescam em mar aberto, pelos seguintes fatores: meio ambiente estuarino mais suscetível aos desequilíbrios que possam ocasionar perda parcial de seus biótopos; utilização distinta do principal instrumento do pescador, a embarcação, predominando nesta área a canoa a remo; o uso de um espaço com limites estabelecidos - as águas da baía -, explorado por um con

TABELA 12 - POPULAÇÃO TOTAL E NÚMERO DE PESCADORES, DE COMERCIANTES E EMBARCAÇÕES, SEGUNDO AS COMUNIDADES PESQUEIRAS PESQUISADAS, NA APA DE GUARAQUEÇABA - 1980-86-87

COMUNIDADE PESQUEIRA	POPULAÇÃO		PESCADOR		COMERCIANTE		EMBARCAÇÃO					
	TOTAL						TOTAL		A Remo		A Motor	
	1980	1986	1980	1987	1980	1987	1980	1987	1980	1987	1980	1987
Almeida	96	179	30	52	2	5	25	47	15	28	10	19
Barra do Ararapira**	100	137	30	40	2	2	33	50	30	40	3	10
Barra do Superagui**	348	402	110	134	5	3	60	67	-	14	60	53
Costão	260	419	80	110	4	4	70	115	40	100	30	15
Guapicu	128	73	40	16	5	2	55	27	40	16	15	11
Mariana	-	27	-	6	-	1	-	8	-	6	-	2
Ponta das Peças**	252	299	80	116	3	6	70	62	20	15	50	47
Rasa - Ponta do Lanco	324	162	100	73	11	6	95	58	65	34	30	24
Saco do Tambarutaca	-	260	-	80	-	4	-	51	-	43	-	8
Tibicanga	196	165	60	34	3	2	40	42	30	25	10	17
Vila Fátima	128	119	40	30	2	2	34	29	30	25	4	4
TOTAL	1.832	2.242	570	691	37	37	482	556	270	346	212	210

FONTE: IPARDES - Viabilidade de Reativação de Guaraqueçaba como Polo Alternativo de Recepção do Pescado e Dotação de Infra-Estrutura Básica. Curitiba, 1981; IPARDES - Pesquisa de Campo: julho/1987; PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA. Recenseamento...

**Comunidades de pesca em mar aberto

tingente expressivo de pescadores, o que vem ocasionando a sobrepesca naqueles locais mais piscosos.

Note-se que embora venha ocorrendo uma redução na quantidade de pescado na baía, o número de pescadores que vive da atividade continua crescendo nos últimos anos, afirmação que pode ser constatada pelos dados da tabela 13. Em 1980, quando foi realizado um trabalho na região de Guaraqueçaba, havia um número menor de pescadores do que o encontrado na atual pesquisa de campo. O aumento do número de pescadores pode estar associado a dois fatores: de um lado, os filhos dos pescadores, hoje provedores de novas famílias; de outro, o alocamento de pequenos produtores rurais que abandonaram suas áreas para se dedicarem à pesca.

O pessoal é daqui mesmo, a própria comunidade vai crescendo, o próprio pescador vão crescendo, vão aumentando, vão trabalhando (pescador do Superagui).

Tem muito pescador hoje no Costão, tem muita gente que veio de sítios, aqui de Guaraqueçaba mesmo. Eles chegam, fazem uma casinha numa pedra, começa a matar com algum pescador, até virarem pescador e ter a canoinha. Eles vieram é por causa que na pesca o pescador mata o peixe e ganha o dinheirinho do dia (pescador do Costão).

TABELA 13 - NÚMERO DE PESCADORES, DE COMERCIANTES E EMBARCACOES, SEGUNDO COMUNIDADE PESQUEIRA NA APA DE GUARAQUECABA - 1980-1987

COMUNIDADE PESQUEIRA	PESCADOR		COMERCIANTE		EMBARCACAÇÃO											
					A Remo				A Motor							
	1980		1987		1980		1987		1980		1987					
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%				
Comunidades de pesca																
Mar aberto	220	38,6	290	42,0	10	27,0	11	29,7	50	18,5	69	19,9	113	53,3	110	52,4
Interior da baía	350	61,4	401	58,0	27	73,0	26	70,3	220	81,5	277	80,1	99	46,7	100	47,6
TOTAL	570	100,0	691	100,0	37	100,0	37	100,0	270	100,0	346	100,0	212	100,0	210	100,0

FONTE: IPARDES - Viabilidade de Reativacao de Guaraqueçaba como Polo Alternativo de Recepcão do Pescado e Dotacao d e Infra-Estrutura Basica. Curitiba, 1981; IPARDES - Pesquisa de Campo, julho/1987

As condições econômicas e a própria conformação natural da baía são fatores determinantes dos instrumentos de produção utilizados pelos pescadores daquelas localidades. A expressão disso está no uso da canoa a remo como embarcação principal - em 1980 representava 81,5% e, em 1987, este percentual não se altera, representando 80,1% do total de embarcações.

Além do predomínio no uso de canoas a remo, o material utilizado para a pesca (segundo informações coletadas em campo) não é adequado para a captura das diferentes espécies de pescado.

Para realizarem a pesca sem prejuízo do próprio pescado, os pescadores deveriam estar suficientemente equipados com malhas específicas para as distintas espécies. Entretanto, os pescadores do interior da baía, dada sua baixa produtividade e conseqüente impossibilidade de aquisição de tais instrumentos, normalmente acabam por trabalhar somente com dois tipos de rede: aquela que se destina à captura do camarão - cuja malha é menor - e uma outra para as demais espécies, com a malha variando de quatro a oito centímetros.

Essa precariedade de condições, além de inviabilizar a diversidade do instrumental, acelera a escassez do produto, pois quando a mesma malha é utilizada para capturar diferentes espécies, capturam-se tanto peixes em idade madura como em desenvolvimento.

O mesmo ocorre com o camarão, principal produto da pesca interiorana - no mesmo arrasto vêm os camarões mais miúdos, sem nenhum valor comercial, que acabam sendo jogados

fora -, embora o arrastão de prancha* esteja proibido por se tratar de uma prática predatória.

A pesca diminui depois de arrastão de prancha. Numa passada era 180 quilos que vinha. Mas matavam muito filhote, que depois jogam no mar e só os pássaros comiam. Ainda hoje tem gente que faz arrastão aqui na baía. Hoje é um ou outro porque o pessoal tá escondido, porque teve fiscalização esses tempos atrás (pescador do Costão).

Além do arrastão de prancha utiliza-se também para capturar o camarão a pesca de tarrafa, que não é proibida e que possui uma capacidade de captura menor do que o arrastão; somente um a três quilos de camarão são pegos em cada lançada, não absorvendo outras espécies nas redes. Já no arrastão de prancha, a cada dez quilos que a rede retém, de quatro a cinco quilos são de peixes em idade jovem, que não são aproveitados.

Na pesca das demais espécies usa-se o fundeio ou rede de espera - a malha fica estaqueada com varas no chão, à espera dos peixes. Normalmente arma-se a rede à noite e a produção é retirada na manhã seguinte. Esta técnica é utilizada para capturar peixes maiores, tais como: linguado, robalo, badejo, etc. Também é praticada na captura de peixes, a pesca de espinhel, chamada "pesca de anzol", que consiste no uso de cordas de 70 a 80 braças, com um anzol com isca a cada braça. Também faz-se o arrasto com redes de malhas maiores, que variam de quatro a oito centímetros entre nós, para a pesca das outras espécies encontradas na baía: pescada, pescadinha, bagre, baiacu, parati, sororoca.

*Também denominada 'arrastão de porta', essa técnica implica revolver a lama do fundo da baía, alterando as condições desse ambiente.

Há ainda a pesca do cerco - normalmente usada para a captura da tainha. O cerco é confeccionado pelo próprio pescador com taquaras e arame e fixado no fundo da baía. Após a instalação, o dono do cerco retira o pescado lá retido a cada 15 dias. Esta técnica é utilizada por poucos pescadores, pois exige uma reversão de capital a cada quatro meses - tempo de vida útil de cada cerco, uma vez que ocorre o apodrecimento das taquaras. Além da falta de recursos para a sua utilização, essa técnica vem sendo proibida em várias regiões da baía pelos órgãos de fiscalização, pois muitos cercos estavam coincidindo com os locais onde os rios desembocam na baía, locais em que há desova e passagem de espécies em reprodução.

Além das espécies já citadas, há também a manjuba - conhecida como irico quando capturada nos tamanhos "zero, "um" e "dois" -, pescado de alto valor comercial consumido nas grandes cidades, principalmente em São Paulo. Capturada ao longo do Canal do Varadouro, a manjuba é o principal produto comercializado pelas comunidades ali existentes, uma vez que outras espécies vêm escasseando rapidamente. Utilizam-se para a sua captura malhas de filó, pois são os espécimes menores os que possuem um maior valor comercial, além de serem os mais apreciados pelos habituais consumidores. Após a captura é realizada a secagem do produto para posterior comercialização. Contudo, este tipo de pesca está proibida pela SUDEPE, porque a malha de filó, além de capturar a manjuba em fase de desenvolvimento, retém outras espécies nas mesmas condições, as quais não têm valor comercial.

A proibição do uso de determinados instrumentos para a pesca, tais como o arrastão de prancha e a malha de filó, é de conhecimento dos pescadores da região, que reconhecem o quanto são predatórios, perturbando o equilíbrio do ecossistema local. Contudo, a recorrência no uso destes instrumentos está diretamente vinculada às condições de vida daquela população, uma vez que ela não tem nenhum outro expediente de sobrevivência que não esteja ligado à atividade pesqueira.

Na pesca da manjuba, a proteção ambiental ou a SUDEPE é contra isso aí. Então você veja bem, é um meio de vida. Se a SUDEPE ou outro órgão especializado proíbe a pesca da manjuba, o que esse povo vai fazer? Aí vai muita gente morrer de fome... e daí por diante. Que é geralmente o que tá acontecendo no nosso País é isso (pescador da Barra do Ararapira).

Os pescadores têm presente a consciência da escassez de pescados, bem como a relação desta com a utilização de instrumentos predatórios, o que fica claro na fala de um pescador:

A gente sabe, o arrasto diminui o número de peixe, mas como a gente vai fazer pra pode vivê. Acho que a única solução pra volta a ter peixe é o governo dar um pagamento pro pessoal, e não deixa pescar por um ano, que enche de peixe. É só ver quando fica dia ruim, que o pescador não sai pra matá, quando ele volta tem mais peixe. (pescador do Costão)

A intensificação no uso dos instrumentos predatórios ocorre com maior frequência no período da entressafra, que vai de abril a setembro, época em que as espécies estão desovando e começando a desenvolver-se, pois a quantidade de pescado é menor e as condições naturais são mais adversas. Neste período, as espécies capturadas no interior da baía são: camarão sete barbas, baiacu, bagre, parati, sororoca, pescada, pescadinha,

linguado, badejo, robalo e tainha. De uma média de captura diária por embarcação entre dois a seis quilos, apenas uma pequena quantidade é destinada ao consumo familiar, principalmente aqueles de menor valor comercial, sendo o restante comercializado com o intermediário da localidade.

Na época de safra, de outubro a março, predominam: camarão sete barbas e camarão branco, pescadinha, pescada, bagre e manjuba. A média da produção diária por embarcação, neste período, está entre 8 e 20 quilos, quase toda ela destinada à comercialização (tabela 14).

TABELA 14 - PRODUÇÃO PESQUEIRA ESTIMADA NOS PERÍODOS DE SAFRA E ENTRESSAFRA, SEGUNDO COMUNIDADE PESQUEIRA, NA APA DE GUARAQUECABA - 1987

(Em t)

COMUNIDADE PESQUEIRA	SAFRA		ENTRESSAFRA		PRODUÇÃO PESQUEIRA ANUAL ESTIMADA	
	Produção	Produção	Produção	Produção	Abs.	%
	Semanal	no período	Semanal	no período		
Comunidades de pesca						
Mar aberto	32	842	11	281	1.123	74,6
Interior da baía	11	287	3	95	382	25,4
TOTAL	43	1.129	14	376	1.505	100,0

FONTE: IPARDES - Pesquisa de Campo...

Os dados da tabela 14 demonstram o quanto a produção pesqueira é inferior na área interiorana - 25,4% do total de pescados capturados em toda a área da APA. Essa produção, estimada a partir da pesquisa de campo, retrata a situação de 73,0% das comunidades visitadas, o que evidencia a precariedade das condições de produção, tanto materiais quanto naturais, e por conseguinte aponta a situação de miserabilidade em que se encontra a população ali localizada.

Na tentativa de aumentar a sua renda, para dar conta da sobrevivência, a população lança mão de alguns expedientes tidos como atividades clandestinas e incertas, na medida em que são proibidas pelos órgãos de fiscalização.

Um deles é a atividade de coleta, que apesar de realizada em pequena escala, via de regra pelas mulheres e crianças locais, complementa a renda familiar. A par da coleta - que pode ser de ostras, sururu, carangueijo, siri, limo (algas), folhas de samambaias e "veludo"* -, as mulheres trabalham também na salga de peixes e camarões, na secagem do limo, "veludo" e da manjuba e no descascamento do camarão - nos barracões dos comerciantes locais.

A comercialização desses produtos é efetuada, normalmente, com pessoas estranhas às comunidades. No caso da samambaia, a aquisição é feita por compradores de São Paulo e Paranaguá, que as repassam para as floriculturas; o limo é adquirido por japoneses de São Paulo e de Guaraqueçaba, para ser revendido nos grandes centros; as ostras são coletadas não só para revenda de consumo imediato, mas são "encomendadas" por criadores de São Paulo, que levam matrizes e os espécimes em crescimento para cultivo e posterior comercialização.

A precariedade das condições de vida destes pescadores evidencia-se ainda mais no período da entressafra, momento em que, dada a inexistência do pescado e por conseguinte o não auferimento de nenhuma renda, os pescadores vêem-se obrigados a venderem seus instrumentos de pesca normalmente para os co-

*Espécie de vegetação rasteira, utilizada por fábricas de Paranaguá no enchimento de estofados.

merciantes da localidade. O desdobramento desta situação é a pauperização mais acelerada, pois obriga os pescadores a trabalharem na forma do quinhão para os proprietários dos meios de trabalho.

O trabalho na forma do quinhão é realizado da seguinte maneira: os pescadores saem para a captura do pescado munidos de instrumentos necessários, que são de propriedade de um dos pescadores ou de terceiros (comerciante); na divisão da produção retira-se o valor do combustível consumido - no caso de canoas a motor - do total auferido com a venda, e o restante é dividido pelo número de pescadores participantes mais um, sendo que esta parte a mais fica com o dono dos instrumentos.

5.3 COMUNIDADES DE PESCA EM MAR ABERTO

Desenvolvem sua atividade pesqueira em mar aberto as comunidades de Ponta das Peças, Barra do Ararapira e Barra do Superagui. É nesta última, porém, onde há predominância quase que exclusiva da produção obtida além da barra, pois está localizada na saída da baía, com acesso imediato ao mar aberto. As outras duas, embora obtenham sua maior produção nas águas de mar aberto, também realizam a pesca no interior da baía, principalmente nos períodos em que as condições climáticas inviabilizam as saídas para além da baía.

O uso de canoas a motor, a maior diversificação dos instrumentos de pesca e o fato de aí estar concentrada a maior produção de pescado da região evidenciam a utilização de uma tecnologia mais avançada (tabela 15).

TABELA 15 - POPULAÇÃO TOTAL, NÚMERO DE PESCADORES E DE EMBARCAÇÕES, E PRODUÇÃO PESQUEIRA ESTIMADA, SEGUNDO COMUNIDADES EM MAR ABERTO - 1987

COMUNIDADE PESQUEIRA	POPULAÇÃO TOTAL	PESCADOR	EMBARCAÇÃO		IPROD. PESQUEIRA ANUAL ESTIMADA (t)
			A Remo	A Motor	
Barra do Ararapira	137	40	40	10	156
Barra do Superagui	402	134	14	53	518
Ponta das Peças	299	116	15	47	449
TOTAL	838	290	69	110	1.123

FONTE: IPARDES - Pesquisa de Camq...

O fato de contarem com melhores condições naturais para realizarem a produção - uma área de pesca mais abrangente e uma maior diversidade de espécies - diferencia ainda mais esses produtores dos restritos às águas da baía.

A pesca em mar aberto requer melhores condições técnicas, em termos de instrumentos de trabalho, para o enfrentamento das condições naturais próprias a este espaço. Neste sentido é que se observa a importância das embarcações a motor, que sustentam a atividade na área.¹⁹ A Barra do Superagui - principal expressão dessa exigência -, cuja produção advém exclusivamente das águas de mar aberto, é a comunidade onde as embarcações a motor são mais significativas, ou seja, 79,1% das existentes. Também na Ponta das Peças predominam as canoas a motor, representando 75,8% das embarcações das comunidades.

Para investir e manter um melhor aparelhamento para a pesca, exige-se disponibilidade de capital; entretanto, o que se observa nas comunidades é que são poucos os que tiveram condições de acumular esse capital e, portanto, modernizar sua produção. Condições tecnológicas mais desenvolvidas têm revelado também uma diferenciação na organização do trabalho entre

esta área de pesca e a interiorana. Exemplo disto pode ser observado na Barra do Superagui (ver tabela 15), onde o número total de embarcações é igual a 67, enquanto o de pescadores existentes na localidade é igual a 134; ou seja, já dois homens para cada embarcação, enquanto no interior da baía esta relação tende a ser de um pescador para cada canoa (ver tabela 13).

Essas informações são importantes por revelarem a discrepância entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção dessa área. De um lado estão alguns pescadores e comerciantes locais que adquiriram condições suficientes, para a modernização dos instrumentos de trabalho, possuindo embarcações mais novas, motores mais potentes e uma maior diversidade de aparelhos de pesca; são também os que têm maior facilidade para obterem financiamento para a aquisição dos materiais necessários. Do outro lado estão os não-proprietários, ou seja, os pescadores quinhoeiros já despojados dos instrumentos que um dia tiveram e que dificilmente voltarão a adquirir, pela própria impossibilidade de acumularem capital.

Nesta área de pesca, entretanto, o quinhão é um pouco diferente da área interiorana. Embora também desconte-se o valor do combustível, a divisão da produção é diferente: metade é do proprietário dos instrumentos - canoa e aparelho de pesca - e a outra metade é dividida entre os pescadores participantes da pescaria. Há, portanto, uma maior apropriação por parte daquele que é o proprietário dos instrumentos.

As principais espécies capturadas pelos pescadores das comunidades de mar aberto na época de safra são: camarão sete

barbas e camarão branco, cavala, cação, corvina, pescada, pescadinha, sardinha e manjuba - capturada na Barra do Ararapira; na entressafra: camarão sete barbas, carapiva, parati, robalo, sororoca, miraguaia e tainha. Enquanto nos períodos de safra a produção média de cada embarcação gira em torno de 100 quilos por dia, na entressafra esta quantidade fica em torno de 30 quilos. A técnica mais utilizada para realizar a produção do camarão e outros peixes é o arrasto com tamanhos de malha diferenciados. Utiliza-se também a rede de fundeio, embora ela seja mais usada pelos pescadores da Barra do Superagui, dada a proximidade com a costa.

Também nesta área de pesca vem ocorrendo a escassez de pescado, o chamado "fracasso da pesca", como dizem os pescadores mais antigos.

Antigamente nós ia pro mar jogar a rede e pegava bastante peixe, todo o tipo de peixe em uma hora de pesca e vinha embora. Hoje, pra ele pegá 200 quilo de peixe ele tem que ir 5:00, 6:00 horas da manhã e volta as 4:00 horas da tarde. E isso é quando pega (pescador da Barra do Superagui).

Os pescadores mais antigos atribuem o "fracasso" ao aumento do número de pescadores, à falta de respeito ao período de reprodução das espécies, ao uso indiscriminado das canoas a motor - pois até a década de 60 usavam-se somente canoas a remo - e à sofisticação dos aparelhos de pesca, que capturam uma maior quantidade a cada lançada de rede. Ao lado destas explicações há outras, relacionadas à mercantilização dessa atividade; para que isto aconteça a produção deve se tornar competitiva, realizando-se com auxílio de instrumentos

modernos e com base em novas relações de trabalho. A captura nesses "novos" moldes tem ocasionado uma ininterrupta e sempre maior captura de pescados, acelerando o processo de escassez. Há que se notar que o estreitamento de relações entre a pesca artesanal e o mercado deveu-se, entre outros, do fato dos atuais pescadores encontrarem somente nesta atividade sua fonte de sobrevivência.

Também é importante ressaltar os danos que a pesca realizada pelos barcos industriais, através de arrastos praticados próximos à costa paranaense, tem trazido para a reprodução e maturação das diversas espécies.

Além dos danos referentes à depredação das espécies, há os danos materiais sofridos pelos pescadores, uma vez que suas redes, fundeados à noite, não chegam a ser recolhidas na manhã seguinte, porque os barcos industriais já carregaram tudo.

Antes nós trabalhava à noite com embarcação bem mais pequena do que nós temos agora. É, faz pouco tempo, uns 3 a 4 anos atrás que esta barcariada aí invade a noite que você não tem condição de armá uma rede. É armá pra perdê. Desse meio de ano pra cá eu andei perdendo mais de 50 rede, muito mais de 50 rede, perdi valor de mais ou menos uns Cr\$ 60.000,00. A pescaria de rede dá mais à noite e não podemos... mesmo você largando uma rede e ficando na ponta da rede tomando conta, inda tem hora que não dá tempo de você avisar o barco. Porque o barco não tem milha para eles trabalhá, falta muita insistência da fiscalização (pescador da Barra do Superagui).

Ainda segundo os pescadores, a escassez também está relacionada ao desconhecimento, por parte dos órgãos fiscalizadores - no caso a SUDEPE -, dos períodos em que de fato deve ser proibida a pesca. A portaria que a SUDEPE expediu em 1987,

por exemplo, proibindo a captura do camarão nos meses de abril e maio, foi inadequada para a região de Guaraqueçaba.

A época que a SUDEPE proibiu a pesca do camarão foi a época que estava bom de pescar, e meses antes era quando eles deveriam ter proibido, porque o camarão estava muito miúdo. Quanto camarão que eles jogaram fora, camarão miúdo, eles puxavam a rede e só vinha do miúdo. O problema, eu acho, que deveria ser conversado, discutido com os pescadores. Ela mandou a portaria simplesmente. Eu acho que deveria ser mais discutido com os pescadores a época certa, porque o pescador sabe mais que a SUDEPE. O problema é que eles não procuram (extensionista da ACARPA). Na época que era pra proibi eles não proibiram, na época de ser liberado eles proibiram. Tudo isso é errado, eles trabalham trocado. O importante é que nem um camarão deu depois daquela proibição, mesmo liberado. Não tinha mais, não deu mais camarão. Não tivemos um ano bom pra pescaria que nem foi o ano passado. Mesmo lá de fora, os pescador acharam que essa proibição, nessa época, foi muito boa no ano passado. O ano passado foi muito bom, eles fizeram no tempo certo, mas esse ano deu errado (pescador da Barra do Superagui).

O problema é que as portarias têm caráter nacional, o que demonstra que não existe o cuidado de se conhecer a realidade da reprodução das espécies nas diferentes regiões. Na medida em que se desconsidera o conhecimento que os pescadores têm do trânsito das espécies, induz-se não só à burlação da portaria, mas também à descrença nesta instituição.

Os pescadores artesanais têm presente que a sobrepesca e a pesca de espécimes em maturação, realizada por eles e pelos barcos industriais, vêm contribuindo para a escassez de pescado. Preocupado com a diminuição ano a ano da produção, os pescadores da Barra do Superagui elaboraram um abaixo-assinado, para ser enviado aos órgãos competentes, no sentido de que sejam estabelecidos horários de trabalho:

Se nós trabalha noite e dia fracassa, fracassa mais. Então, pra isso aí nós fizemo um abaixo-assinado aí mantendo esse horário

de serviço de trabalhá só na parte do dia, e na parte da noite fica mais fácil de nós trabalhá de rede. Então é onde melhora pra nós a pescaria, melhora a produção pra nós. Porque na parte da noite nós não podemo trabalhá por causa dos barcos. Então era muito melhor pra nós; tinha condição de sobrevive melhor e ter mais pescaria (pescador de Barra do Superagui).

Embora a pesca seja sua atividade principal e sua fonte primordial de renda, as população destas comunidades têm também na atividade de coleta - descasco do camarão e salga dos peixes - uma alternativa de renda com as mesmas características de sazonalidade praticada pelas comunidades interioranas.

Como é muito difícil para o próprio pescador vender sua produção diretamente em Paranaguá, a comercialização do pescado é realizada via comerciante local, que normalmente revende o produto para as empresas que se encontram instaladas nessa cidade, mantendo com elas um certo vínculo, uma vez que ao lhe entregar o produto recebe em troca o gelo gratuitamente. Enquanto que se por algum motivo - preços mais vantajosos, por exemplo - o comerciante revender o produto à outra empresa ou no mercado local, além de ter que adquirir o gelo, acaba rompendo o acordo com a primeira empresa e, por conseguinte, poderá encontrar dificuldades em restabelecer relações comerciais com ela.

Assim está estruturada a rede de comercialização, desde os pescadores em suas comunidades até as empresas que colocam o produto nos mercados consumidores. Dentro desta rede o pescador é o maior espoliado, pois na revenda final do pescado calcula-se um acréscimo em torno de 570% do valor inicial pago pelo comerciante local ao pescador.²⁰

A produção da comunidade da Barra do Ararapira não é comercializada no Estado do Paraná, principalmente pela dificuldade em se chegar aos mercados compradores, distantes seis horas da comunidade, em canoa motorizada. Portanto, o comércio é estabelecido na cidade de Cananéia/SP, onde o produto é entregue num entreposto da CEAGESP. A dificuldade que encontram para a aquisição e estocagem de gelo faz com que os pescadores desta comunidade lancem mão da técnica da salga de pescados, que torna o produto menos perecível, viabilizando a relação com o mercado de forma mais esporádica.

Além dos problemas relacionados à atividade que exercem, várias das comunidades enfrentaram, desde o início da década de 60 até metade da década de 80, conflitos referentes a posse das terras que ocupam. Nas comunidades pesqueiras a área de terra utilizada não é subdividida em posses individuais, mas é de toda a comunidade. Apesar de as áreas ocupadas nas ilhas serem propriedade da União, os pescadores adquiriram, ao longo dos anos que compreendem a história da ocupação daqueles espaços, o direito de ali permanecerem. Além de ser utilizado para abrigar as casas, o espaço coletivo tinha também as seguintes finalidades: o exercício de algum tipo de roçado; a extração de madeira para consumo doméstico, nas construções de casas e canoas, ou mesmo como lenha; e a coleta de outros produtos ali encontrados.

O início dos conflitos se deu quando empresas agropecuárias vislumbraram as potencialidades pastoris e turísticas da região.

Várias foram as formas de intimidação dos moradores, entre outras: documentação ilegal de terras; jagunços armados; búfalos, que invadiam a área das comunidades, destruindo seus pequenos roçados; e a limitação de acesso aos terrenos próximos às comunidades, através de cercas. Eles criaram búfalo e soltaram búfalo aí, como meio de jagunço. Então no começo eu vi que o pessoal ia ser expulso futuramente, eu comecei uma campanha aí com o pessoal e tal, e... pra vê se a gente pode fazê alguma coisa, tanto pelo nosso lugar como pelo município, e o qual, graças a Deus, o qual foi o motivo de que a empresa foi expulsa (pescador da Barra do Ararapira).

Além do confronto com as empresas, algumas comunidades estão vivenciando o assédio de turistas, que constróem casas para as épocas de veraneio e também para exercitarem a pesca amadora. O caso mais gritante verificou-se na Ponta das Peças, onde há cerca de 15 propriedades de turistas. Temendo a expansão dessas construções sobre o único espaço adequado para atracarem suas canoas, os pescadores se manifestaram contrários à presença dos turistas na área. Segundo pescadores da comunidade há uns tempos apareceu uma pessoa que ia construí, aí nós se reunimo e não permitimo. Se eles ocupar a praia nós não temo como abrigá as embarcação.

As comunidades localizadas nas margens da baía, mas inseridas na porção continental, compartilham os mesmos problemas. É o caso do Saco do Tambarutaca, onde além da pesca praticava-se a lavoura - tanto para consumo quanto para comercialização -, retirava-se caxeta para comercializá-la com as fábricas de lápis e fósforo e também madeira para confecção de canoas. A área que a comunidade dispunha para executar estas atividades está hoje cercada por fazendas, o que restringe os

meios de sobrevivência de seus moradores, ocasionando uma maior dependência da pesca.

Estes conflitos resultaram no enfrentamento entre as populações residentes e os agentes externos, forçando os órgãos responsáveis a intervirem com o objetivo de demarcarem as áreas de posse de cada comunidade. Já foram realizadas medições topográficas para a demarcação nas seguintes comunidades: Barra do Ararapira, Barra do Superagui, Ponta das Peças, Saco do Tambarutaca e Tibicanga; porém nenhuma delas recebeu a titulação que regulariza a situação jurídica de posse, o que as populações vêm esperando que ocorra no prazo mais curto possível, pois, embora atravessem um período de relativa tranquilidade, há constantemente a presença ameaçadora daqueles que tentaram expulsá-los do local.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O diagnóstico sócio-econômico objetivou dar suporte ao zoneamento ambiental da APA de Guaraqueçaba, com recomendações relacionadas a duas questões: os possíveis impactos desse zoneamento sobre os grupos sociais mais vulneráveis - pequenos produtores e pescadores artesanais; e a necessidade de um conjunto de medidas, por parte do poder público, de modo a viabilizar a adequação das formas de organização desses produtores aos objetivos do zoneamento ambiental.

A consideração dessas questões pressupõe o reconhecimento de que a capacidade de adequação ao novo padrão de uso do solo, da água e de seus recursos naturais, por parte dos diversos segmentos produtores, é diferenciada em função da disponibilidade de recursos materiais e técnicos para o desenvolvimento de suas atividades produtivas. É fundamental, então, que a concepção de processo de gestão da APA não se restrinja apenas às atividades de fiscalização e pesquisa científica. Este processo deve envolver necessariamente a definição, a partir do zoneamento, de um plano de desenvolvimento para a APA que objetive a viabilização de atividades produtivas compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico e que resultem em melhores condições de vida para a população aí residente. Isso implica instaurar um processo de trabalho conjunto das diversas instituições (de pesquisa, extensão rural, educação, saúde, etc.), de modo a viabilizar al-

ternativas que garantam a reprodução social dos pequenos produtores e pescadores artesanais.

Evidenciou-se pelo diagnóstico que o litoral norte paranaense, embora não apresente o dinamismo econômico de outras regiões, não ficou imune às transformações que marcaram a economia paranaense. Nas duas últimas décadas foi intensa a apropriação de terras por grandes grupos empresariais, fato que não só configurou um novo quadro fundiário, fortemente concentrado, como também delineou uma nova relação, fundamentando a apropriação da terra e a exploração de seus recursos naturais. Ou seja, a situação de predominância, até o início dos anos 70, da produção familiar de subsistência e extrativismo florestal foi alterada num contexto marcado pela presença de novos grupos sociais.

Embora esses empreendimentos se caracterizem na atualidade por um baixo grau de exploração, a sua presença na área aponta para uma estratégia de valorização da terra a médio e longo prazo, que poderá resultar em maiores pressões sobre o contingente de produtores familiares que aí se mantêm e ainda, em alguns casos, redundar em significativo impacto sobre o ambiente. Alguns desdobramentos dessa estratégia podem ser vislumbrados: o interesse na exploração de recursos florestais por madeireiras, indústrias alimentícias e outras - neste caso com demanda por matéria-prima energética; a ocupação da área de planície com pecuária e agricultura; o incremento do mercado imobiliário através de loteamentos na área rural - com

pequenas chácaras - e na área urbana,* e a expansão de atividades turísticas.

Outro aspecto das mudanças ocorridas refere-se à crescente mercantilização da pesca artesanal, que passou a se configurar no principal meio de sobrevivência da população residente nas comunidades de pescadores. Esta mudança resultou de vários fatores: por um lado, da decadência da agricultura praticada nessas comunidades, em função do baixo potencial produtivo de seus solos e, em alguns casos, da própria restrição da área para uso agrícola, devido à expansão de grandes propriedades rurais; por outro, da integração, consolidada nas duas últimas décadas, da área da baía e da porção costeira da APA de Guaraqueçaba ao espaço da pesca mercantil, seja a pesca artesanal, seja a industrial, com embarcações catarinenses e paulistas realizando captura nessa região.

Chamou-se atenção, também, para o fato dessas transformações terem afetado negativamente os pequenos produtores rurais e pescadores artesanais, o que dificulta tanto a sua reprodução social como a sua adequação às restrições decorrentes do zoneamento.

Embora a integração ao mercado de pescado tenha significado uma alternativa à combinação de atividades de subsistência (pesca/agricultura), a racionalidade decorrente das relações mercantis da pesca artesanal, conjugada à inexistência de qualquer infra-estrutura de apoio a essa atividade, levou a

*Observou-se, em campo, que da área incluída no perímetro urbano de Guaraqueçaba parcela significativa pertence a um número reduzido de proprietários.

uma prática predatória da pesca, que no interior da baía vem comprometendo a sobrevivência das comunidades de pescadores.

Observou-se que a sobrevivência da pequena produção se caracteriza por um quadro de escassez de recursos materiais e técnicos de produção, escassez acentuada por um processo de minifundização ocorrido entre os menores estabelecimentos. A esse quadro conjuga-se o fato de que parcela desses produtores reproduzem-se em áreas como encostas de morros e serras, onde a probabilidade de restrições é ainda maior.

Neste sentido, a implantação de uma Área de Proteção Ambiental poderá se configurar como uma experiência singular, no sentido de preconizar formas e limites de uso de um dado território, e fundamentalmente criar mecanismos de indução - fomento público e mesmo privado - que garantam a permanência daqueles grupos sociais no território. A partir do planejamento e da gestão da APA, é possível vislumbrar a conciliação entre o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das populações locais, compatibilizando as atividades produtivas com as peculiaridades do meio natural, respeitando a manutenção dos processos ecológicos essenciais à preservação da diversidade genética e à utilização sustentada das espécies e ecossistemas.

Dessa forma, as recomendações que se seguem têm como preocupação principal a melhoria das condições de vida da população residente na área, e enfocam três aspectos deste mesmo objetivo: o primeiro diz respeito às possibilidades de desenvolvimento das atividades produtivas e questões correlatas; o segundo à melhoria da oferta de serviços sociais; e o terceiro

ao desenvolvimento e uso da área urbana, visando regular sua possível expansão, bem como a expansão da atividade turística.

Desenvolvimento das Atividades Produtivas

A manutenção dos segmentos de produtores identificados no diagnóstico como os mais vulneráveis implicará a elaboração de um projeto mais amplo, com vistas ao desenvolvimento da área e dos próprios produtores. Este projeto terá como pressuposto um conjunto articulado e dinâmico de ações nos campos do treinamento de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento, que se definiria, ampliaria e aprofundaria constantemente com a evolução do conhecimento a respeito da dinâmica do meio ambiente local.²⁴

No campo do treinamento, procurar-se-ia envolver todas as instituições, e seus respectivos agentes, que vêm trabalhando com a população local, em programas de reciclagem constante, e que tenham como objetivo:

- a) avaliar a prática dessas instituições e a possibilidade de serem utilizadas novas técnicas de planejamento para a gestão ambiental;
- b) disseminar e divulgar tecnologias diferenciadas e apropriadas para a gestão e o desenvolvimento de sistemas complexos;
- c) resgatar os conhecimentos acumulados pela população daquele espaço, visando recuperá-los e integrá-los ao processo de gestão;
- d) desenvolver, junto à população local, programas educativos que reiterem a importância de se manterem processos físicos e biológicos característicos de uma área como a APA, de modo a propiciar o uso sus-

tentado de seus recursos e garantir a sobrevivência da população no local.

Na pesquisa, há necessidade de se ampliar o conhecimento científico sobre os distintos ecossistemas, pois trata-se de uma região pouco estudada, embora sua importância seja reconhecida. Este conhecimento deverá, também, servir de suporte para o desenvolvimento sustentado da região. Nesse sentido, faz-se necessário:

- a) desenvolver estudos oceanográficos que permitam ampliar o conhecimento dos recursos pesqueiros existentes no complexo estuarino-lagunar, de modo a subsidiar as decisões sobre alternativas de manejo desses recursos, garantindo a manutenção da atividade pesqueira;
- b) viabilizar estudos a respeito do desenvolvimento da aquicultura, seus possíveis impactos sobre o meio, disponibilidade de tecnologias e adequação dessa prática enquanto atividade alternativa aos pescadores artesanais;
- c) desenvolver estudos sobre o repovoamento artificial da baía, com o objetivo de manter a produtividade pesqueira nas áreas de maior suscetibilidade à sobrepesca;
- d) identificar técnicas de conservação do pescado, que permitam a formação de estoques comunitários para comercialização na entressafra, e as alternativas de aproveitamento de espécies existentes no local;

- e) intensificar estudos existentes a respeito do manejo sustentado dos mangues;
- f) elaborar levantamento das atividades artesanais desenvolvidas pela população;
- g) ampliar pesquisas sobre espécies florestais com valor comercial, adaptabilidade ambiental e passíveis de reflorestamento em pequena escala; bem como de espécies frutíferas que se configurem como opção de reflorestamento de encostas onde atualmente são desenvolvidas outras atividades;
- h) desenvolver pesquisas sobre a viabilidade de diversificação de culturas, melhoramento de sementes, desenvolvimento de tecnologias apropriadas, manejo adequado do solo, etc.;
- i) viabilizar estudos que recuperem as formas de organização social existentes entre os distintos grupos sociais, compatibilizando-as aos objetivos do desenvolvimento sustentado e também de incentivo à manutenção de características sócio-culturais definidoras do modo de vida das populações locais.

Com relação ao programa de desenvolvimento da pequena produção e pesca artesanal, implementar medidas que visem compatibilizar paulatinamente as atividades produtivas com as peculiaridades do meio natural.

Como se verificou no diagnóstico, a expansão de grandes empreendimentos na região provocou o deslocamento de parcela de produtores rurais para áreas de encostas, críticas do ponto de vista ambiental, como também ocasionou a expulsão de vários

produtores. Neste sentido são imprescindíveis as seguintes medidas relacionadas à questão fundiária:

- a) ordenar a ocupação dos espaços com melhores condições produtivas, possibilitando o realocamento dos produtores situados em áreas críticas, e ainda viabilizar um módulo mínimo para o desenvolvimento da pequena produção;
- b) demarcar e legalizar áreas de posse das comunidades pesqueiras e das áreas ocupadas por posseiros. Trata-se, neste caso, de agilizar o programa de regularização fundiária executado pelo ITCF.

Outro conjunto de medidas refere-se à infra-estrutura de apoio e de fomento. Em alguns casos trata-se da expansão e/ou readequação de ações já desenvolvidas por órgãos públicos. Nesse sentido, seria necessário:

- a) adotar medidas de fomento e apoio a pequenos produtores com o objetivo de melhorar suas condições de produção: uso de sementes e mudas melhoradas, principalmente de culturas comerciais como a banana; utilização de máquinas para operações de limpeza e de práticas conservacionistas do solo;
- b) dotar a PROHORTA de infra-estrutura necessária a maior cobertura das comunidades rurais, propiciando melhores condições de comercialização da banana;
- c) implementar e/ou reativar entrepostos para recepção e armazenamento de pescado nas comunidades de pescadores, através da expansão da área de atuação da cooperativa de pescadores existentes no litoral;

- d) viabilizar o acesso ao programa de abastecimento alimentar, visando ao barateamento dos preços dos alimentos para população de baixa renda.

Há ainda um outro conjunto de medidas que requer um aprofundamento para sua implementação:

- a) desenvolver programa de reflorestamento e exploração de palmito como alternativa de renda para os pequenos produtores. Tal programa deve ser acompanhado de medidas complementares, como: incremento da fiscalização junto às indústrias de conserva, visando inibir a exploração clandestina do palmito; gestões junto ao IBDF, de modo a reduzir as exigências burocráticas para a exploração do palmito e para a realização de projetos comunitários de manejo e corte; estímulo ao associativismo na produção de palmito em conserva, avaliando-se as possibilidades de se adequar a infra-estrutura da PROHORTA para tal fim;
- b) viabilizar programa de subsídio aos pescadores artesanais, objetivando a diversificação do instrumental utilizado para captura, através da aquisição de redes com malhas de tamanho diversificado; e a aquisição de motores de baixa potência;
- c) viabilizar programa de apoio às atividades artesanais com fins de comércio turístico (cestaria, cerâmica, trabalhos em madeira).

Serviços Sociais

A oferta de serviços sociais caracteriza-se por propiciar renda indireta à população e melhoria de sua condição de

vida. Neste sentido é que se propõem a promoção e a adoção, por parte do Estado, de medidas capazes de propiciar o acesso a esses serviços.

Destes serviços, destacam-se os que dizem respeito ao sistema de saúde e de infra-estrutura básica. O diagnóstico apontou, no caso dos serviços de saúde, para a ausência de recursos humanos e materiais necessários ao atendimento da clientela. Constatou-se também a reduzida oferta dos serviços de infra-estrutura básica, o que contribui para a propagação de doenças, como as transmissíveis por veiculação hídrica. Desse modo, propõe-se:

- a) reequipar a rede de minipostos e manter estoque de medicamentos;
- b) contratar recursos humanos qualificados, principalmente médicos e dentistas, que realizem visitas programadas às comunidades pesqueiras e rurais;
- c) dotar a defesa civil para atendimento de emergência, equipando o Corpo de Bombeiros de Paranaguá com cancha devidamente aparelhada, bem como as comunidades com meios de comunicação (telefonia, rádioamador, etc.);
- d) implementar microssistemas de abastecimento de água, através da construção de reservatório e tubulação para um ou mais pontos comuns (chafariz), principalmente nas comunidades pesqueiras que não dispõem de água potável;
- e) buscar formas apropriadas às condições da sede municipal para destinação final de dejetos.

Desenvolvimento e Usos da Área Urbana e das Atividades Turísticas

Guaraqueçaba está enquadrada na categoria de "centros com função especial", segundo as Diretrizes para uma Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, definição que decorre tanto de fatores ambientais, quanto de fatores econômicos, como a existência de um grande empreendimento industrial, quanto, ainda, de uma situação geográfica particular.²² Embora isso denote o reconhecimento a nível institucional da peculiaridade dessa região, em termos ambientais, é necessário ainda considerar o seu potencial turístico, com possíveis impactos sobre a área urbana e de algumas localidades, principalmente as ilhas. Daí a necessidade de:

- a) elaborar um Plano Diretor para a sede do município, regulando o uso dessa área;
- b) definir um Plano Turístico para a APA de Guaraqueçaba, que oriente a distribuição e localização dos equipamentos e infra-estrutura necessários, de forma a adequá-los às características ambientais e minimizar ou evitar a degradação ambiental.

NOTAS DE REFERENCIA

¹PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. p.39.

²LEÃO, Ermelino Agostinho de. Dicionário histórico e geográfico do Paraná. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1926.

³MOURÃO, F.A.A. Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo; um estudo de sociologia diferencial. São Paulo, 1971. 3v. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.

⁴Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Inventário nacional das florestas nativas. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Políticas para o desenvolvimento integrado da atividade florestal no Estado do Paraná. Curitiba, s.d.

⁵Produção Agrícola Municipal, Rio de Janeiro, IBGE, 1973-5, 1983-5.

⁶IPARDES. Viabilidade de reativação de Guaraquecaba como pólo alternativo de recepção do pescado e dotação de infra-estrutura básica. Curitiba, 1981. p.15.

⁷IPARDES. Viabilidade..., p.15.

⁸ROSSETTI, F.C.; BERGER, R.; DUARTE, J. Considerações gerais sobre a produção e comercialização de palmito. Curitiba, UFPR, 1987. mimeo. p.5.

⁹IPARDES. Viabilidade...

¹⁰KRAMER, M.C. Malhas da pobreza; exploração do trabalho de pescadores artesanais na baía de Paranaguá. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1983.

¹¹RITTER, M.L. As sesmarias do Paraná no séc. XVIII. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980. p.200.

¹²RODERJAN, C.V. & KUNIYOSHI, Y.S. Macrozoneamento florístico da área de proteção ambiental de Guaraquecaba. Curitiba, UFPR, 1987. mimeo.

¹³IPARDES. PRO-LITORAL - Programa de apoio à população carente do litoral - diagnóstico e propostas de ação. Curitiba, 1980.

¹⁴FLEISCHFRESSER, Vanessa. O capitalismo revela sua face mais perversa na crise: análise dos dados do Censo Agropecuário 1985. Análise Conjuntural, Curitiba, 2(12): 7-12, dez.87.

¹⁵MARTINS, R. História do Paraná. 3^{ma} ed. Curitiba, Guaíra, s.d.

¹⁶KRAEMER. Malhas...

¹⁷KRAEMER. Malhas..., p.27.

¹⁸MALDONADO, S.C. Pescadores do mar. São Paulo, Ática, 1986.

¹⁹DIEGUES, A.C.S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo, Ática, 1983.

²⁰IPARDES. Viabilidade...

²¹PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. A gestão para o eco-desenvolvimento. Curitiba, 1987. Texto para discussão.

²²PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Diretrizes para uma política estadual de desenvolvimento urbano, Curitiba, 1988. Convênio SEPL/SEDU.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 DIEGUES, A.C.S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo, Ática, 1983.
- 2 FLEISCHFRESSER, Vanessa. O capitalismo revela sua face mais perversa na crise: análise dos dados do Censo Agropecuário 1985. Análise Conjuntural, Curitiba, 9(19): 7-12, dez.1987.
- 3 INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Inventário nacional das florestas nativas. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Políticas para o desenvolvimento integrado da atividade florestal no Estado do Paraná. Curitiba, s.d.
- 4 IPARDES. PROLITORAL - Programa de apoio à população carente do litoral - diagnóstico e propostas de ação. Curitiba, 1980.
- 5 _____. Viabilidade de reativação de Guaraquecaba como pólo alternativo de recepção do pescado e dotação de infra-estrutura básica. Curitiba, 1981.
- 6 KRAEMER, M.C. Malhas da pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais na baía de Paranaguá. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1983.
- 7 LEÃO, Ermelino Agostinho de. Dicionário histórico e geográfico do Paraná. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1926.
- 8 MALDONADO, S.C. Pescadores do mar. São Paulo, Ática, 1986.
- 9 MARTINS, R. História do Paraná. 3^ª ed. Curitiba, Guaira, s.d.
- 10 MOURÃO, F.A.A. Os pescadores do litoral sul do Estado do São Paulo; um estudo de Sociologia diferencial. São Paulo, 1971. 2v. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.
- 11 PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981.
- 12 PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. A gestão para o eco-desenvolvimento. Curitiba, 1987 (texto para discussão).
- 13 PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Diretrizes para uma política estadual de desenvolvimento urbano. Curitiba, 1988. Convênio SEPL/SEDU.
- 14 PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL, Rio de Janeiro, IBGE, 1973-5, 1983-5.
- 15 RITTER, M.L. As sesmarias do Paraná no séc. XVIII. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.
- 16 RODERJAN, C.V. & KUNIYOSHI, Y.S. Macrozoneamento florístico da área de proteção ambiental de Guaraquecaba. Curitiba, UFPR, 1987. mimeo.
- 17 ROSSETTI, F.C.; BERGER, R.; DUARTE, J. Considerações gerais sobre a produção e comercialização de palmito. Curitiba, UFPR, 1987. mimeo.